

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

NATHÁLIA BITTENCURT DOS SANTOS

**A delação premiada da JBS contra Michel Temer e a disputa por  
credibilidade e visibilidade nas capas do O Globo, O Estado de S. Paulo e  
Folha de S. Paulo**

PORTO ALEGRE

2017

NATHÁLIA BITTENCURT DOS SANTOS

**A delação premiada da JBS contra Michel Temer e a disputa por credibilidade e visibilidade nas capas do O Globo, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo**

Monografia apresentada à banca examinadora do Curso de Graduação em Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito final para obtenção da titulação de bacharel em Comunicação Social – Jornalismo.

Orientadora: Maria Helena Weber

Coorientador: Alexandre Freitas Haubrich

PORTO ALEGRE

2017

NATHÁLIA BITTENCURT DOS SANTOS

**A delação premiada da JBS contra Michel Temer e a disputa por credibilidade e visibilidade nas capas do O Globo, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo**

Monografia apresentada à banca examinadora do Curso de Graduação em Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito final para obtenção da titulação de bacharel em Comunicação Social – Jornalismo.

Aprovado em

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Helena Weber – Orientadora (UFRGS)

---

Prof. Me. Alexandre Haubrich – Coorientador (UFRGS)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Thais Helena Furtado (UFRGS)

---

Prof. Dr. Basílio Sartor (UFRGS)

Porto Alegre

2017

*À Rosane Bittencurt dos Santos,  
com todo amor do mundo.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Rosane Bittencurt e Luiz Marino dos Santos, pela vida. À minha vó Flora Martins Lopes Bittencurt, por me criar como mãe e vó com seu amor incondicional. Meus dindos Dirceu e Inajara, meu irmão Jader, e à toda minha família que me lembra a responsabilidade de ter sido a primeira de nós a estudar na UFRGS.

Ao movimento estudantil, por ter me ensinado boa parte de tudo que sei e sou. Aos meus companheiros de coletivo *Juntos!* e de *MES*, por todas as lutas travadas dentro e fora da universidade. Aos colegas de gestões de DCE, Dacom, de Oposição de Esquerda na UNE, obrigada pela oportunidade de aprender com nossas diferenças, e defender juntos uma universidade mais pública, popular e de qualidade para todos. À todas as pessoas que ocuparam a reitoria da UFRGS em 2007 e conquistaram as Ações Afirmativas, permitindo que eu e milhares de jovens da periferia, principalmente as negras e negros, pudessem acessar o ensino superior. Aos trabalhadores terceirizados, aos servidores técnicos, invisíveis e fundamentais. Aos professores que por algum momento compreenderam a necessidade do movimento estudantil e permitiram que eu desse aquele recadinho de um minuto na sua sala de aula, e também aos que me ajudaram a não desistir do jornalismo. Às diferentes mulheres fortes que passaram pelo meu caminho e me ensinaram a ser maior.

Ao meu amigo Guly, pela parceria na amizade e na luta desde os primeiros dias de aula e de ônibus até a Zona Norte. À Fabi Lontra, não apenas pela revisão geral desse trabalho, mas pela amizade e carinho que nos une e que me levanta quando necessário. Ao Samir, pela parceria desde o ensino médio pra vida. Ao Pitta, pelo companheirismo e amizade construída ao longo do curso e a certeza de reencontro na luta. À Kassiele, por quem tenho muita admiração e orgulho. À Paola, ao Rodolfo, à Mônica, minha gratidão por tudo. À Ká e Fê, independentemente da distância.

Ao meu amor Júlio, não só por aguentar o drama pré e durante TCC, mas por me encher de carinho e amor independentemente do drama: com tpm, como candidata a vereadora, com pouco ou quase nada de dinheiro, ou nos dias mais felizes. Lhe amo.

À Milena Weber e o Alexandre Haubrich, que aceitaram trabalhar com o tema deste TCC de primeira.

À reitoria, o aviso calmo de que, se os que vieram antes de nós nos ensinaram tudo, também deixo com alegria novos estudantes combativos dispostos a confrontar as regras ultrapassadas dessa instituição branca e masculinizada.

*Sérgio Machado - Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel... É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.*

*Romero Jucá - **Com o Supremo, com tudo.***

*SM - Com tudo, aí parava tudo.*

*Jucá - É delimitava onde está, pronto.*

*SM - A situação é grave. Porque, Romero, eles querem pegar todos os políticos. É que aquele documento que foi dado...*

*Jucá - Acabar com a classe política para ressurgir, construir uma nova casta, pura, que não tem a ver com...*

*SM - Isso, e pegar todo mundo.*

## RESUMO

Esse estudo olha para os desdobramentos políticos e midiáticos do maior escândalo político do ano de 2017 no Brasil. A delação premiada dos irmãos Batista, diretores da indústria JBS, gera acontecimentos que expõem a relação promíscua e histórica entre diversos políticos e empresários no país. No caso analisado, o atual presidente da República, Michel Temer (PMDB), está diretamente envolvido no escândalo. Pretende-se aqui analisar os temas que tiveram visibilidade nas capas dos jornais O Globo, O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, a partir da escolha de momentos chave dessa história e da análise de conteúdo qualitativa. As delações premiadas têm se tornado um problema cada vez maior para dezenas de parlamentares, pois há maior visibilidade sobre práticas históricas e veladas no regime político, como a troca de favores em nome de interesses privados. O conteúdo das denúncias tem rendido inúmeras possibilidades de cobertura para os meios de comunicação. A autoridade jornalística frente aos fatos dá potencial para seu discurso. Essas abordagens participaram de forma relevante da construção do debate público a respeito do tema. Para o GLO, a delação premiada dos diretores da JBS teve *status* de verdade desde o início do escândalo político. A delação premiada teve nas manchetes de capa da FSP *status* de algo duvidoso, uma denúncia a ser comprovada. Dentre os três jornais analisados, as posições divergentes de GLO e FSP acabaram contribuindo para que, na análise feita sobre a abordagem da política editorial do jornal OESP fossem identificados menos posicionamentos enérgicos, e uma espera um pouco maior pelo desenvolvimento tanto das investigações. Esse trabalho de conclusão de curso foi organizado através de uma breve introdução, seguida de um capítulo que abrange os principais temas relacionados ao objeto de pesquisa, isto é, a Operação Lava-Jato, a Indústria JBS, o governo de Michel Temer e os três jornais escolhidos. Na terceira parte, explica-se a fundamentação teórica do trabalho, e na conclusão, as capas de jornais são analisadas, juntamente com as considerações finais.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Comunicação Política. Corrupção. Escândalo Político. Operação Lava-Jato.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Descritivo do Acontecimento 1 – 18/05/2017.....	49
Quadro 2 – Descritivo do Acontecimento 2 – 19/05/2017.....	52
Quadro 3 – Descritivo do Acontecimento 3 – 24/06/2017.....	55
Quadro 4 – Descritivo do Acontecimento 4 – 27/06/2017.....	58



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução da Receita Líquida da JBS.....	22
Figura 2 – Acontecimento 1 – O vazamento do encontro Temer e Joesley.....	49
Figura 3 – Acontecimento 2 - Pronunciamento de Michel Temer.....	52
Figura 4 – Acontecimento 3 - Resultado final da perícia da Polícia Federal sobre a fita da gravação.....	55
Figura 5 – Acontecimento 4 - Denúncia formal de Michel Temer ao Supremo Tribunal Federal.....	58

## SUMÁRIO

### Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	12
<b>2 OBJETO DE PESQUISA: A OPERAÇÃO LAVA-JATO, A DELAÇÃO PREMIADA DA JBS E A IMPRENSA</b>	15
2.1 O GOVERNO DE MICHEL TEMER	15
2.2 OPERAÇÕES DA LAVA-JATO	19
2.3 A INDÚSTRIA JBS S.A.	20
2.3.1 A história de uma das maiores indústrias de alimentos do mundo	20
2.3.2 JBS e os governos brasileiros: uma relação consolidada	22
2.3.3 A delação de Joesley Batista	23
2.4 OS JORNAIS O GLOBO, O ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO	27
2.4.1 O Globo	27
2.4.2. O Estado de S. Paulo	28
2.4.3 Folha de S. Paulo	29
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	30
3.1 O LUGAR DO JORNALISMO ENTRE INTERESSES PRIVADOS E PÚBLICOS	30
3.1.1. Esfera do Debate Público	30
3.1.2 Interesses públicos vs. interesses privados	33
3.2 AS MUTAÇÕES DO JORNALISMO E A BUSCA POR OBJETIVIDADE	35
3.3 ACONTECIMENTO E VISIBILIDADE	38
3.4 CORRUPÇÃO E ESCÂNDALOS POLÍTICOS	40
3.4.1 Corrupção	40
3.4.2 Escândalos Políticos	43
<b>4 ESTUDO SOBRE AS CAPAS DOS JORNAIS O GLOBO, O ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO E A DELAÇÃO PREMIADA CONTRA TEMER</b>	46
4.1 DESENHO METODOLÓGICO	46
4.2 A DELAÇÃO NAS CAPAS DOS JORNAIS	47
4.2.1 Acontecimento 1 – 18 de maio de 2017 – O vazamento do encontro Temer e Joesley	48
4.2.1.1 Classificação da capa dos jornais	48
4.2.1.2 Enquadramentos	49
4.2.2 Acontecimento 2 – 19 de maio de 2017 – Pronunciamento de Michel Temer	51
4.2.2.1 Classificação da capa dos jornais	51
4.2.2.2 Enquadramentos	53

4.2.3 Acontecimento 3 – 24 de junho de 2017 – Resultado da perícia	54
4.2.3.1 Classificação da capa dos jornais	54
4.2.3.2 – Enquadramentos	56
4.2.4 - Acontecimento 4 – 27 de junho de 2017 – Denúncia formal de Michel Temer ao Supremo Tribunal Federal	57
4.2.4.1 Classificação da capa dos jornais	57
4.2.4.2 – Enquadramentos	58
4.3 ANÁLISE DAS CAPAS DOS JORNAIS	59
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>68</b>
<b>Anexo I – Transcrição da conversa entre Joesley Batista e Michel Temer, em 7 de março de 2017</b>	<b>69</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa olha para os desdobramentos políticos e midiáticos de um dos principais escândalos de corrupção na política nacional dos últimos anos. A delação premiada de Joesley e Wesley Batista, diretores da indústria de alimentos JBS, divulgada na segunda quinzena de maio de 2017, é um acontecimento que desvela a relação promíscua entre políticos de diferentes governos e grandes empresários do país. Nesse caso, o protagonista do escândalo é o próprio presidente da República, Michel Temer (PMDB).

A partir da delação premiada, verifica-se a deslegitimação de seu conteúdo politicamente. O governo Temer exerce sua defesa centrando atenção também em possíveis falhas técnicas, como por exemplo, a polêmica fita de áudio que registrou em conversa o flagrante de conduta corrupta do presidente, em diálogo entre ele e o empresário Joesley.

Por outro lado, parte da imprensa divulga as denúncias baseando-se na legitimidade da investigação da Polícia Federal e nos dados públicos disponibilizados pela Operação Lava-Jato. Essa cobertura alicerça-se no prestígio, autoridade e poder de visibilidade que o jornalismo tem.

Pretende-se aqui analisar os temas que tiveram visibilidade nas capas dos jornais O Globo, O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, a partir da escolha de momentos chave dessa história e da análise de conteúdo qualitativa.

A Operação Lava-Jato (OLJ)<sup>1</sup> vem mostrando a conexão entre grandes empresas e governos com as delações de diretores da empreiteira Odebrecht. Dessa vez, um áudio contendo diálogo entre o diretor da JBS, Joesley Batista, e o presidente Michel Temer foi exposto em rede nacional pela rede Globo. As delações premiadas têm se tornado um problema cada vez maior para dezenas de parlamentares, pois há maior visibilidade sobre práticas históricas e veladas no regime político, como a troca de favores em nome de interesses privados ao rifar patrimônios e interesses públicos.

A OLJ não é pioneira a investigar esquemas complexos de corrupção no país, tampouco a nível mundial. Antes dessa operação temos diversos registros de importantes trabalhos investigativos protagonizados por aparelhos do estado como a Polícia Federal e

---

<sup>1</sup> A Operação Lava-Jato será aqui referida tanto dessa forma quanto como OLJ.

as Comissões Parlamentares de Investigação. No entanto é a OLJ que, com denúncias que mexem direta ou indiretamente com a maior parte dos políticos e partidos que compõem os poderes Legislativo e Executivo do país, consegue flagrar um presidente da República em pleno ato de corrupção. A investigação resulta em uma denúncia formal da Procuradoria-Geral da República contra Michel Temer, pelo crime de corrupção passiva.

O conteúdo das denúncias tem rendido inúmeras possibilidades de cobertura e aprofundamento para os meios de comunicação. A autoridade jornalística frente aos fatos dá potencial enorme para seu discurso, considerando-se a legitimidade inerente ao campo. Os jornais O Globo, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, considerados os maiores jornais impressos de abrangência nacional, apresentaram posicionamentos e abordagens distintas nesse processo. Tais caminhos jornalísticos são notáveis nas capas das edições impressas, demonstrando escolhas políticas, interpretações e diferenças de destaques para os fatos do dia. Essas abordagens participaram de forma relevante da construção do debate público a respeito do tema, de maneira que é relevante analisar a produção jornalística desses meios de comunicação.

O objetivo central desta pesquisa é, assim, analisar como as capas dos jornais O Globo, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo compreenderam alguns momentos chave como posicionamentos do governo Michel Temer e o processo de investigação que se deu a partir da delação premiada dos irmãos Batista, divulgada em maior de 2017. Os acontecimentos selecionados para análise neste trabalho são de grande relevância política e jornalística, além de evidenciarem as diferentes abordagens dos veículos escolhidos.

- 18 de maio: dia seguinte ao vazamento do conteúdo da gravação da conversa entre Joesley Batista e Michel Temer.
- 19 de maio: cobertura do pronunciamento de Michel Temer, afirmando que não renunciaria do cargo de presidente.
- 24 de junho: resultado final da perícia da Polícia Federal na fita da gravação que flagrou o diálogo entre empresário e presidente, concluindo que o áudio não foi adulterado.
- 27 de junho: no dia anterior, o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, havia denunciado formalmente Michel Temer ao Supremo Tribunal Federal.

A fim de analisar os objetos, de conteúdo profundamente político, à luz de discussões teóricas sobre conceitos como debate público, jornalismo, visibilidade e

acontecimento jornalístico, apoiamo-nos no trabalho de Gomes (2008), Charron e Bonville (2016), Biroli e Miguel (2017) e Weber (2006). A tese de doutorado de Coelho (2013) também é fundamental neste momento, ao passo que analisa a investigação feita pela Polícia Federal na ocasião da Operação Satiagraha, iniciada em 2008. Para realizar a discussão sobre corrupção e escândalo político, são recuperados os marcos refletidos teoricamente por Avritzer (2008) e Thompson (2002). O método de trabalho desta pesquisa é a análise de conteúdo qualitativa. Pretende-se detectar tendências e modelos de critérios de noticiabilidade e enquadramentos, além de classificar produtos jornalísticos e suas características.

Esse trabalho de conclusão de curso foi organizado em cinco partes, além de conter uma motivação pessoal importante. Antes de escolher o jornalismo, também escolhi a militância política como método de transformação da realidade. Logo, esse tema foi desenvolvido com profundo interesse. Há uma breve introdução seguida de um capítulo que abrange os principais temas relacionados ao objeto de pesquisa, isto é, a Operação Lava-Jato, a Indústria JBS e o governo de Michel Temer. Na terceira parte, explica-se a fundamentação teórica do trabalho, e na conclusão no quarto capítulo, a análise das capas de jornais objetos de pesquisa, juntamente com as considerações finais.

## 2 OBJETO DE PESQUISA: A OPERAÇÃO LAVA-JATO, A DELAÇÃO PREMIADA DA JBS E A IMPRENSA

O escândalo político da delação premiada da JBS contra Michel Temer, considerado um dos maiores dos últimos anos, envolvendo o presidente da República, alguns dos principais políticos do Congresso Nacional e um dos maiores empresários do ramo alimentício do mundo, aconteceu sob um contexto complexo no país. Tanto do ponto de vista econômico quanto político, o Brasil já se encontrava em um momento turbulento.

Cabe retomar aqui como Michel Temer chegou ao maior cargo político do Poder Executivo, como a Operação Lava-Jato desenvolvia seu trabalho e como a empresa JBS conseguiu chegar ao *status* de uma das maiores produtoras de carnes do planeta. Também recuperaremos brevemente a história de cada um dos três jornais objetos dessa pesquisa, e seu contexto de envolvimento com o escândalo político.

### 2.1 O GOVERNO DE MICHEL TEMER

Michel Miguel Elias Temer Lulia<sup>2</sup> é formado em Direito e foi professor durante as décadas de 1960 e 70. Em 1981 filiou-se ao PMDB, e durante essa década ocupou os cargos de Procurador-Geral do Estado de São Paulo, secretário de Segurança Pública e deputado federal constituinte. Em 1994 foi eleito deputado federal e assumiu o mandato no ano seguinte, já como líder de seu partido na Câmara, integrando a base aliada do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Em 1997, Temer assumiu a Presidência da Câmara dos Deputados, considerado um dos políticos com maior influência nacional, principalmente por ter articulado reformas administrativas como a da Previdência, de interesse também da presidência da República de Fernando Henrique. Temer foi reeleito

---

<sup>2</sup> As informações biográficas sobre Michel Temer estão disponíveis em: <<http://micheltemer.com.br/biografia/>> e <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/temer-o-novo-articulador-politico-de-dilma-187.html>>. Acesso em 8 de dezembro de 2017.

deputado federal e líder da Câmara e, em 2001, assumiu a Presidência de seu partido, o PMDB.

Em 2002, Temer foi novamente eleito deputado federal. Nesse ano, Lula (PT) venceu pela primeira vez a eleição da Presidência, e logo o PMDB passou a integrar a base aliada do governo petista em maio de 2003, quando Temer assumiu a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça na Câmara dos Deputados. Em 2006, seguiu com novo mandato na Câmara Federal e em 2009 assumiu novamente a Presidência da Casa.

Em maio de 2010, Temer foi convidado pelo partido da pré-candidata Dilma Rousseff, o PT, a compor a chapa presidencial da eleição daquele ano, como vice-presidente. A chapa foi vencedora com 55,7 milhões de votos dos brasileiros. Em 2014, novamente como candidato à vice-presidente ao lado de Dilma, ambos foram reeleitos com 51,64% dos votos. O segundo mandato da chapa começou turbulento, enfrentando muitos protestos no primeiro semestre de 2015, organizados por setores de direita supostamente contra a prática de corrupção no governo federal. Em abril de 2015, Temer foi nomeado por Dilma como novo articulador político do governo, assumindo a Secretaria de Relações Institucionais.

Poucos meses depois, em julho, Temer decide romper politicamente com o governo. Seu partido iniciou o debate oficial sobre uma possível ruptura integral com o governo de Dilma na Convenção Nacional do PMDB em março de 2016. Nessa ocasião Temer foi reeleito presidente do partido com 96% dos votos internos.

Após o golpe parlamentar que afastou temporariamente a presidente Dilma Rousseff do cargo, em 17 de abril de 2016, o peemedebista é conduzido do lugar de vice para o posto de presidente do Brasil, no dia 12 de maio, ainda de forma interina. Em agosto, Temer é empossado como presidente de forma definitiva, após o Senado cancelar o impeachment no dia 31. O mandato de Michel Temer à frente da Presidência da República estabelece-se de forma conturbada.

No mesmo dia de sua posse, Temer substituiu o time de ministros e também a composição da base aliada do governo. Uma das primeiras críticas à nova composição de mandato deu-se pela ausência absoluta de mulheres e de negros na equipe ministerial. Apenas em fevereiro de 2017 Temer recria o Ministério dos Direitos Humanos e nomeia Luislinda de Valois (PSDB), mulher negra e desembargadora, para comandar a pasta. Esse ministério incorporou os assuntos ligados à políticas públicas para Mulheres, Promoção da Igualdade Racial e Direitos Humanos, que deixaram de ter *status* de



ministério por ordem do próprio governo de Michel Temer nos primeiros meses de mandato, quando anexados ao Ministério da Justiça.

Ao mesmo tempo em que Temer esforçava-se nas articulações políticas para aprovar projetos que, supostamente, retomariam o crescimento econômico do país, seus principais conselheiros políticos eram cercados por investigações e denúncias de corrupção. O senador peemedebista Romero Jucá, por exemplo, foi flagrado em conversa com Sérgio Machado – ex-presidente da Transpetro indicado ao cargo pelo PMDB – propondo um tipo de pacto para estancar uma investigação da Operação Lava-Jato em curso. Jucá pediu demissão do Ministério do Planejamento logo depois, e atualmente é o líder do PMDB no Senado. Os dois são investigados por suspeita de recebimento de propina em esquema na Petrobrás.

Geddel Vieira Lima, ministro e importante articulador político para o governo, também pediu afastamento da Secretaria de Governo após ser acusado de pressão para liberação de uma obra na Bahia. Geddel foi o sexto ministro a deixar o governo ainda em 2016. Por outro lado, Eliseu Padilha, chefe da Casa Civil e Moreira Franco da Secretaria Geral, embora alvos em evidência da Operação Lava Jato, não pediram sequer afastamento de suas funções. Em outubro o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, outra importante peça do PMDB, teve prisão decretada a partir da OLJ, no intuito de coibir possíveis atos de obstrução da Justiça.

Temer tinha relação de diálogo consolidada com diversas lideranças de bancada, pois foi durante muito tempo presidente da Câmara Federal. Este apoio, somado à pressão do grande empresariado brasileiro pelo enxugamento de “custos” da máquina pública, ajudou bastante para que seu governo criasse e aprovasse com relativa rapidez a Proposta de Emenda Constitucional 55/2016. Essa proposta estabelece um teto fixo de investimentos para diversas áreas do orçamento público, incluindo pastas fundamentais como saúde e educação, condicionando o crescimento do investimento ao aumento da inflação do ano imediatamente anterior. Na prática, congela os investimentos públicos pelos próximos vinte anos. A PEC 55, apelidada por movimentos sociais como a “PEC da morte”, foi alvo de protestos do movimento estudantil e sindical que culminaram em um dia de mobilizações em Brasília, com forte repressão policial. Em 29 de novembro, poucos meses após a posse de Temer na Presidência, o novo governo viu uma das maiores manifestações do ano às portas do Congresso Nacional. O “29N” levou cerca de 10 mil pessoas ao Distrito Federal, cuja polícia recebeu com repressão à altura. A PEC 55 foi aprovada pela Câmara e, logo depois, pelo Senado.

A sintonia entre os poderes sobre a ideia de colocar teto nos investimentos desse governo e dos próximos condiz com os esforços de Temer em dar respostas rápidas à economia brasileira. Isto é, ao grande empresariado que pressionou e pressiona o governo desde o início com agendas de reformas como a previdenciária e a da Consolidação das Leis Trabalhistas. Nessa altura, a popularidade do novo mandato já alcançava o baixo índice de 9%. Uma das principais medidas para tentar aliviar a agenda negativa recheada de projetos de lei e PECs impopulares foi a liberação do saque de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a população.

O ano de 2017 iniciou muito conturbado para o país e para o governo Temer. Em janeiro acontece a morte de Teori Zavaski, ministro relator responsável pela OJ no Superior Tribunal Federal, em um misterioso acidente de avião em Paraty, Rio de Janeiro. O acidente, cujas causas até hoje não foram totalmente apuradas, teve atenção total da mídia nacional, e encurralou boa parte da cúpula do governo com boatos.

As mudanças alardeadas pelo Governo Temer respondem a um projeto político que desequilibra as relações entre trabalhadores e Estado. As duas reformas, previdenciária e trabalhista, começaram a ser debatidas no Congresso e na agenda pública e política dos meios de comunicação de massa. A reforma previdenciária – apesar do termo reforma, geralmente recebido positivamente – teve impacto negativo para o movimento sindical organizado e para boa parte da população, que percebeu retrocessos significativos para a qualidade de vida de quem mais depende da Previdência Social. Uma das propostas de alteração mais rejeitadas foi a medida que equipara a idade mínima para aposentadoria entre mulheres e homens. Esse item representa um retrocesso histórico para o movimento feminista, pois o fato da idade mínima ser menor para as mulheres brasileiras atualmente é um reconhecimento público da jornada dupla de trabalho que as mulheres exercem na sociedade, ao realizarem também de forma majoritária o trabalho doméstico, especialmente as mulheres negras.

O tempo de contribuição também é um dos debates centrais da reforma previdenciária, pois é aumentado demasiadamente, num país com altíssimos índices de trabalho informal, de trabalho terceirizado precarizado, de desemprego e de ausência de novas oportunidades de emprego que seguem a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Nesse ponto reside uma das maiores contradições entre as duas reformas: como permanecer cerca de 49 anos com carteira de trabalho assinada, sem ser demitido, num país que enfraquece a própria CLT com uma reforma trabalhista calcada na lógica da terceirização da mão de obra?

A reforma trabalhista, aprovada em 2017, tem como norte flexibilizar relações de trabalho em itens como duração da jornada, tempo de intervalo e férias, e requisitos até de salubridade mínima para desempenhar um determinado trabalho – item alarmante para a situação das mulheres gestantes; a fim de ficar mais “barato” para um empregador manter um empregado. Ao final de 2016, o número de brasileiros desempregados já ultrapassava os 14 milhões. A partir da grande quantidade de pessoas sem emprego, estabelece-se um verdadeiro exército de reserva, vulnerável às condições mais precárias de trabalhos pois, simplesmente, precisam de alguma renda para sobreviver. Enquanto isso, a população que se encontra empregada submete-se aos baixos salários para não perder sua limitada fonte de sobrevivência.

## 2.2 OPERAÇÕES DA LAVA-JATO

A Operação Lava-Jato começou em 2014, deflagrada pela Polícia Federal em 17 de março, e já teve 46 fases. Até agosto de 2017, a operação resultou em 279 réus. A grande maioria dos partidos políticos foi atingida com denúncias e exposição pública de seu envolvimento nos esquemas investigados. Inicialmente, a operação focava em possíveis atos irregulares na Petrobrás. A sede da empresa brasileira no Rio de Janeiro é alvo de investigação da operação logo nos primeiros meses. Em pouco tempo, diretores das empreiteiras Camargo Corrêa, OAS, Queiroz Galvão e Odebrecht também são expostos com ordens de prisão em diferentes estados.

Em março de 2015 Rodrigo Janot, na época Procurador-Geral da República, pede ao Supremo Tribunal Federal autorização para investigar 47 políticos na OLJ. O ministro Teori Zavaski além de autorizar a investigação, retira o sigilo da lista de nomes dos políticos. Dentre eles, Eduardo Cunha, na época presidente da Câmara Federal, e Romero Jucá, senador.

Em agosto, durante a 18ª fase da operação, Eduardo Cunha é denunciado por envolvimento no esquema corrupto na Petrobrás. Cunha é preso em outubro de 2016 em Brasília por recebimento de propina em contrato de exploração de petróleo na África e pelo uso de contas para lavar dinheiro na Suíça. Diante da morte de Teori Zavaski em janeiro de 2017, o ministro Edson Fachin assume a relatoria da OLJ no STF.

No final do dia 17 de maio, o jornal O Globo anuncia que diretores da empresa JBS delataram Michel Temer em depoimento para a Procuradoria-Geral da República. A

delação baseia-se em conversa de aproximadamente 38 minutos, feita durante reunião entre Joesley e Temer no Palácio do Jaburu, na noite de 17 março de 2017. Temer é acusado de consentir a compra do silêncio de Eduardo Cunha, neste momento preso.

Essa gravação dá origem a um amplo debate público, envolvendo uma série de atores de diversas redes de comunicação, envolvendo parlamentares e membros do Poder Executivo em um escândalo político nacional. Para entender como essa relação entre JBS e governo foi estabelecida, é importante retomar um pouco da história da empresa, o que faremos no próximo item.

### 2.3 A INDÚSTRIA JBS S.A.<sup>3</sup>

José Batista Sobrinho é o responsável pela fundação do antigo e relativamente pequeno frigorífico JBS, em 1953, e também pela origem da sigla que dá nome à empresa. Na trajetória da empresa, o crescimento e ramificação deram-se através de boas oportunidades de negócio, que buscassem levar em conta o melhor custo-benefício no processo de reabilitação de empresas pequenas que estavam à beira da falência, pelos mais diversos motivos. A pequena empresa cresceu exponencialmente nas últimas décadas, especialmente nos últimos dez anos, e hoje é a multinacional principal produtora de carnes e derivados no mundo.

#### 2.3.1 A história de uma das maiores indústrias de alimentos do mundo

Em meados dos anos 2000, seu filho José Batista Junior, já à frente dos negócios, pleiteava a ampliação da empresa processadora de carnes. Embalada pelo crescimento da cidade de Brasília com as empreiteiras na década de 1970, a família começou a espalhar negócios por Goiás. Mais tarde, na década de 1980, foi a vez de fazer negócio com um frigorífico de Planaltina, no Distrito Federal, e logo depois em Goiás novamente, na cidade de Luziânia. A ampliação dos negócios também passou pela abertura de uma

---

<sup>3</sup> Grande parte das informações deste capítulo vem da apuração jornalística do Valor Econômico, em reportagem especial divulgada em 7/07/2017. Disponível em: <[www.valor.com.br/especial/jbs](http://www.valor.com.br/especial/jbs)>. Acesso em: 15 out. 2017.

companhia de higiene e limpeza, que ganhou o nome em homenagem à esposa de José, Flora. As iniciais do casal são a razão do nome da *holding*, J&F.

Naquele momento, a processadora de carnes JBS ainda era considerada empresa de pequeno porte, atuando em dois frigoríficos. Os principais grupos do ramo estavam a beira da ruína. Pois foi nas más condições dos concorrentes que a Friboi, empresa carro-chefe do grupo JBS, começou a ter êxito, iniciando pela parceria com um frigorífico dos Bordon – principal empresa brasileira na época – em Anápolis, em 1993. Pouco tempo depois, a JBS adquiriu mais um frigorífico goiano, o Anglo.

O antes pequeno negócio de José Batista já era capaz de abater 1,2 mil bovinos por dia, competindo muito bem no mercado doméstico do estado de Goiás - cheio de distorções fiscais e vasta sonegação, como o ramo era em todo o país, segundo os empresários escutados pela reportagem do Valor Econômico já referida. Naquele momento, o custo-benefício de exportar carne não era favorável à Friboi.

Quando a empresa Sadia desistiu do ramo dos frigoríficos, abriu espaço para a Friboi ousar alçar novos voos em lugares como o Mato Grosso. Foi por intermédio da própria Sadia que a Friboi iniciou relação com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para mais tarde em 1997 obter do banco o financiamento de um frigorífico nesse estado. Paralelamente, em 1996 o ramo de exportações foi beneficiado pela a Lei Kandir, que isenta empresas do pagamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte (ICMS). Esse era um dos principais custos que o conjunto de empresários do ramo de processamento de alimentos tinha fama de tentar burlar o pagamento.

Em 1999 a JBS assumia o frigorífico Mouran em Andralina no estado de São Paulo, um dos mais importantes do setor na época. A cidade foi a matriz da JBS até meados de 2004. Em pouco tempo, a família Batista migra para a capital São Paulo, ao assumir uma antiga sede do grande e tradicional frigorífico Bordon.

Enquanto isso, pelo mundo abriam-se caminhos para novos exportadores, à medida em que a febre aftosa atingia os produtores argentinos e a doença da vaca louca prejudicava o setor na Europa. A JBS preparou-se para avançar no ramo com a contratação de um diretor financeiro experiente, Sérgio Longo, para demonstrar o potencial da empresa.

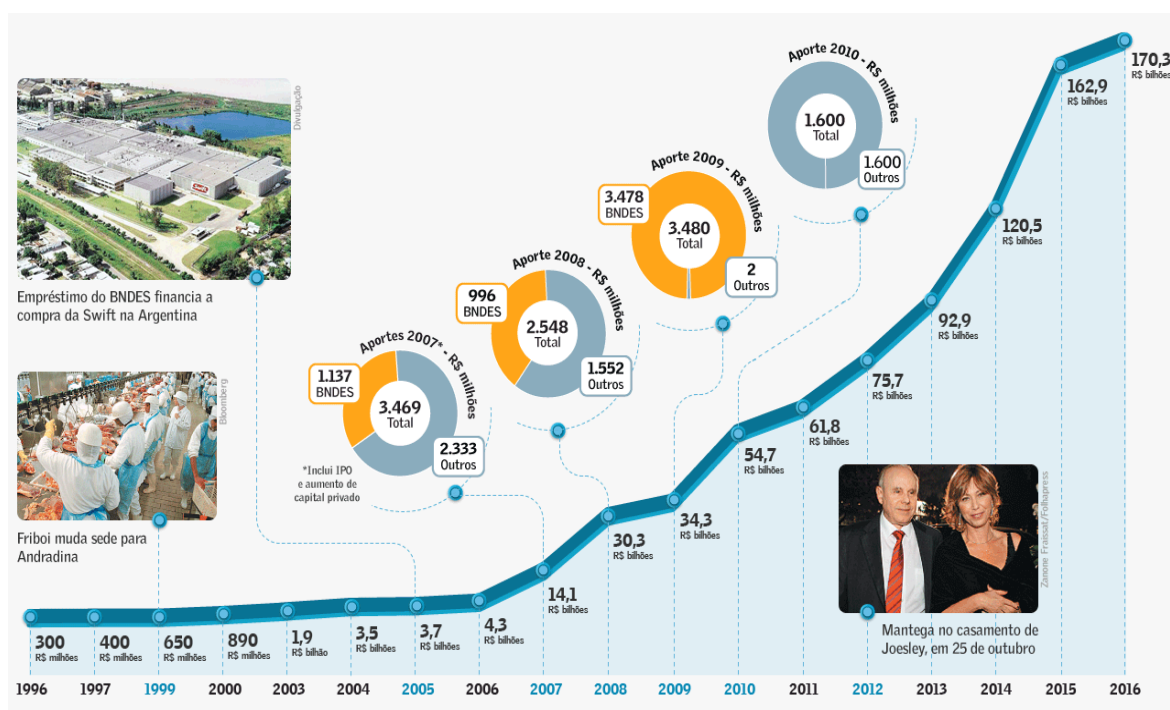
Com o avançar dos anos, novas leis e regulamentações na área da vigilância sanitária favoreceram as empresas mais bem estruturadas e com algum crédito no mercado. Devido às oscilações do dólar na década de 2000, a JBS contratou um

especialista em câmbio com experiência no Banco Central, Emilio Garofalo Filho, em 2003. Esse preparo técnico contribuiu para o destaque da JBS em relação ao conjunto de empresas brasileiras processadoras de carne.

### 2.3.2 JBS e os governos brasileiros: uma relação consolidada

É inegável o salto exponencial que a *holding* familiar J&F Investimentos teve na última década. Estima-se que a origem de financiamento para esse crescimento seja majoritariamente de recursos do BNDES e de propinas de políticos de amplo espectro partidário. A Figura 1 (abaixo), produzida pelo Valor Econômico em julho de 2017, demonstra a evolução da receita líquida da empresa, principalmente a partir dos recursos recebidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Figura 1 – Evolução da Receita Líquida da JBS



Fonte: Jornal Valor Econômico. Infográfico de Caio Martinelli, Felipe Martins e Roberta Ingegneri.

O primeiro contato de Joesley Batista com o BNDES foi em 2004 pelo intermédio do amigo Victor Sandri, logo após o ministro do planejamento Guido Mantega assumir o cargo, durante o primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva (PT) como presidente da República. Ao ser apresentado para o novo ministro, Joesley ventilou as possibilidades

de internacionalização da Friboi, apontando as intenções de aquisição de empresas internacionais pela JBS e demonstrando que o seu grupo era capaz de tornar o Brasil uma referência mundial no processamento de carnes.

Com a entrada de capital vindo dos cofres do BNDES, a Friboi consolida-se como o maior grupo frigorífico do Brasil, abatendo cerca de 15 mil bois ao dia e faturando R\$ 4 bilhões ao ano. Após o aperfeiçoamento na formalização da empresa, incluindo balanços financeiros auditados sem contestação, a Friboi teve credencial de sobra para ser contemplada pelo Banco Nacional. No entanto, a proximidade com o ministro Guido Mantega foi fundamental para a agilidade e rapidez com que o financiamento foi acertado e selado. À Justiça, Wesley Batista, um dos principais diretores da JBS e irmão de Joesley, declarou que desde o primeiro financiamento obtido no BNDES pagava cerca de 4% do valor recebido ao seu antigo amigo que lhe apresentou o ministro, Victor Sandri.

Outra política do governo federal durante os mandatos de Lula foi a iniciativa industrial chamada de Política de Desenvolvimento Produtivo. Essa ação colocou o ramo de proteína animal como uma das áreas que recebiam mais apoio financeiro do governo, contribuindo para tornar o país referência na exportação dentro do agronegócio. Entre 2007 e 2012, o BNDES distribuiu R\$ 12,4 bilhões a cinco empresas deste setor, incluindo a JBS, reconhecida pela sua alta e eficaz produtividade de carne. A compra da empresa Swift levou a JBS ao terceiro lugar no setor nos EUA. O primeiro lugar foi assumido logo depois da aquisição da Smithfield Beef e da National Beef. Para estender os negócios para a Austrália, a JBS recorreu ao BNDES novamente em 2008.

Os Batista ensaiaram a entrada na política ao ventilar a possibilidade de disputar o governo de Goiás através de Júnior, pelo PSDB em 2005, mas a ideia não decolou.

A relação entre JBS e BNDES foi harmônica por muitos anos e por diferentes mandatos à frente do governo federal. No entanto, em 2016, a empresa demonstrou disposição em seguir caminhos frutíferos para si que não levavam em consideração as prioridades do Banco Nacional, que financiava boa parte de suas iniciativas na medida em que a expansão da empresa também significasse crescimento da economia brasileira e perspectivas positivas do ponto de vista internacional.

### 2.3.3 A delação de Joesley Batista

Em 2016, a diretoria da JBS começou a amadurecer a ideia de troca de sede para a Irlanda. Essa mudança envolveria uma série de interesses de demais sócios estrangeiros. No entanto, a vontade dos diretores de migrar boa parte dos negócios para a bolsa norte-americana não foi acertada previamente na época com a BNDES Participações S.A., o que poderia vetar a transação inteira. A proposta da JBS seria positiva financeiramente para a empresa, porém prejudicaria a arrecadação financeira para o Brasil. Afinal, uma migração de rendimentos para o exterior não faria sentido para um banco nacional que deve investir no fomento da indústria nacional e no mercado local.

Nesse complicado momento, Joesley Batista recorre à sua relação próxima com membros do governo federal brasileiro. Na ocasião o procurado foi o ex-ministro Geddel Vieira Lima, do PMDB, para intermediar a situação e retomar o apoio do banco nacional à proposta de expansão do grupo JBS.

É a esse pedido de ajuda que Joesley refere-se na conversa com Michel Temer<sup>4</sup> em 7 de março de 2017, na fatídica noite no Palácio do Jaburu em Brasília. Joesley diz que reconhece o “empenho e esforço” de Geddel nessa tratativa. O presidente então comenta que ele mesmo dialogou sobre o tema com a própria presidente do BNDES, Maria Silvia Bastos Marques, em 24 de outubro de 2016. Dois dias depois desse diálogo, o BNDES divulgou publicamente sua oposição à transação, seguindo contrariamente o interesse da JBS. O Banco Nacional confirma o encontro, que teria sido apenas o segundo encontro oficial entre o presidente do país e a presidente do banco, desde sua posse em junho daquele ano. No entanto, não confirma que Michel Temer tenha reivindicado tomada de decisão diferente de Maria. O impasse nos interesses empreendedores dos irmãos Batista foi resolvido com uma grande mediação, mantendo sua sede no Brasil.

Em certo momento da conversa no Palácio do Jaburu, Joesley pergunta a Temer “como ele estava nessa situação toda do Eduardo (Cunha)”. O presidente dá a entender que o relacionamento com o deputado Cunha não está bem, e logo Joesley explica o quanto tem se esforçado para não dar razões para desentendimentos com Eduardo Cunha, e que mantém uma boa relação com ele. Nesse momento, Temer responde que “Tem que manter isso, viu?”, e logo Joesley confirma a orientação: “Todo mês”. Entre 2011 e 2016, o empresário afirma ter doado R\$ 170 milhões em propina para um “time” de políticos,

---

<sup>4</sup> A transcrição do diálogo está disponível no Anexo I e no site do jornal Folha de S. Paulo: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1885414-leia-na-integra-a-conversa-entre-o-presidente-temer-e-joesley-batista.shtml>>. Acesso em: 9 dez. 2017.



incluindo Eduardo Cunha e o presidente Temer. O objetivo era obter a liberação de empréstimos da Caixa Econômica Federal para suas empresas.

Na delação premiada à Procuradoria-Geral da República, Joesley afirma que US\$ 150 milhões foram pagos em propina para garantir a internacionalização da JBS, por intermédio de figuras como Guido Mantega. Joesley não comprometeu o presidente do BNDES Luciano Coutinho, que esteve à frente do banco brasileiro a partir de 2007. Ao mesmo tempo, o empresário afirma que participou de reunião entre o então ministro Mantega e Coutinho, como um gesto de pressão política de Mantega.

Joesley também afirmou em depoimento que propinas eram pagas para que, ao buscar crédito com a Caixa, o nome J&F não fosse retirado de pauta para com os diretores, pressionando para que se fechassem empréstimos que a empresa almejava. Havia consultores e assessores que faziam este papel junto ao banco. No caso da JBS, Victor Sandri era uma pessoa importante nesse esquema de captação de recursos.

Na gravação entre Temer e Joesley, o empresário demonstra seu receio com a investigação que a Justiça Federal tem em curso sobre o grupo J&F, e comenta que tem contato com um procurador da República infiltrado no grupo da força-tarefa Greenfield. Naquele momento, Temer evidencia que tem conhecimento não tanto da investigação quanto do fato de o diretor ter relação corrupta com o procurador Ângelo Goulart Villela. De acordo com matéria da revista Carta Capital<sup>5</sup>, Villela ganhava R\$ 50 mil mensais para beneficiar o grupo J&F com informações prévias.

Cabe lembrar a cronologia<sup>6</sup> dos fatos que culminaram com a publicização em massa desse acontecimento:

- Janeiro de 2017 – É deflagrada a Operação Cui Bonno, que investigada a suspeita de cobrança de propina dos peemedebistas Geddel Vieira Lima e Eduardo Cunha para concessão de empréstimos na Caixa Econômica Federal. A JBS era alvo dessa operação e de mais três investigações, incluindo a Lava-Jato. Os indícios de corrupção foram identificados em mensagens de um celular encontrado na casa do ex-deputado Eduardo Cunha em 2015.

---

<sup>5</sup> A matéria está disponível no site da revista Carta Capital: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-audio-entre-michel-temer-e-joesley-batista-em-quatro-pontos>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

<sup>6</sup> A maior parte dos detalhes cronológicos está disponível em reportagem no site do jornal NEXO: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/09/05/A-cronologia-do-caso-JBS-press%C3%A3o-dela%C3%A7%C3%A3o-e-questionamentos>>. Acesso em: 9 dez. 2017.

- 7 de Março – Joesley Batista e Michel Temer encontram-se à noite na casa oficial do presidente, o Palácio do Jaburu. Durante os cerca de 40 minutos de conversa, Temer indica Rodrigo Rocha Loures, ex-deputado federal do PMDB (semanas depois encontrado com uma mala contendo R\$ 500 mil em dinheiro de empresários), como interlocutor do governo com a JBS. O presidente também responde positivamente ao relato de pagamento por silêncio de Joesley à Eduardo Cunha, com a fatídica frase “Tem que manter isso, viu”.

- 24 de Março – Joesley encontra-se com o senador Aécio Neves (PSDB) após também conversar com sua irmã, Andrea Neves, e formaliza acordo de pagamento de R\$ 2 milhões do empresário ao senador. Aécio afirma que o dinheiro serviria para pagar os custos de sua defesa jurídica diante da investigação da OLJ.

- 27 de Março – Diretores da JBS vão até a Procuradoria-Geral da República para pedir acordo de delação premiada. Durante o mês de abril, os empresários fornecem depoimentos à Polícia Federal e realizam as “ações controladas”, como a entrega de dinheiro ao ex-deputado Rodrigo Rocha Loures e o primo de Aécio.

- 3 de Maio – O acordo de delação premiada é assinado. A partir dessa data até 31 de agosto, os diretores da JBS poderiam entregar provas de seus relatos. No dia 10 de maio o acordo é homologado no Supremo Tribunal Federal em encontro entre os diretores e o ministro Edson Fachin.

- 17 de Maio – Ocorre o vazamento do acordo de delação e de parte dos áudios entregues por Joesley Batista no site do jornal O Globo no início da noite.

- 2 de Junho – A Procuradoria-Geral da República denuncia Aécio Neves pelos crimes de corrupção passiva e tentativa de obstrução de justiça. Sua irmã e primos também são denunciados. Nesse momento de junho, Aécio encontra-se afastado da presidência do PSDB e do mandato de senador.

- 27 de Junho de 2017 – A Procuradoria-Geral da República denuncia Michel Temer por corrupção passiva ao Supremo Tribunal Federal.

A delação premiada dos irmãos Batista vazou para a imprensa ao anoitecer do dia 17 de maio de 2017, pelo repórter Lauro Jardim do grupo Globo. O escândalo foi tema central do telejornal Jornal Nacional na edição daquela noite, tomando conta dos noticiários nacionais e internacionais por semanas. As capas dos principais jornais do país passaram a ser, nos dias seguintes e depois, em meio a desdobramentos relevantes, ocupadas pelo tema. Os políticos, a sociedade e os meios de comunicação precisaram

tomar lado para contar essa história. Seus desdobramentos políticos e midiáticos estão em desenvolvimento até o momento em que esta pesquisa acontece.

## 2.4 OS JORNAIS O GLOBO, O ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO

Os três jornais escolhidos nesta pesquisa são de grande relevância na mídia de massa nacional, e tiveram contribuição fundamental para a construção das diferentes narrativas diante do vazamento da delação premiada da JBS à imprensa brasileira. No contexto político nacional, os jornais também tiveram posicionamentos favoráveis tanto às reformas trabalhista e previdenciária quanto ao impeachment da presidente Dilma Rousseff. O Globo, O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo são jornais que produzem notícias e coberturas jornalísticas sobre sua localidade, no caso, sobre os estados de Rio de Janeiro e São Paulo, mas também sobre fatos de relevância nacional, principalmente na área política e econômica. Segundo a Associação Nacional de Jornais (ANJ)<sup>7</sup>, os três estão colocados entre os quatro jornais impressos de maior circulação paga do Brasil, de acordo com pesquisa do ano de 2015. O Globo ocupa o segundo lugar, com a média de 193.079 jornais impressos circulando por dia, seguido da Folha de S. Paulo em terceiro com 189.254 exemplares e O Estado de S. Paulo com 157.761 jornais em quarto lugar no *ranking*. O primeiro colocado é o jornal Super Notícia, cuja circulação é apenas regional (em Minas Gerais), motivo pelo qual não se tornou objeto desta pesquisa.

### 2.4.1 O Globo

A primeira edição impressa de O Globo<sup>8</sup> circulou em julho 1925, com cerca de 33.400 exemplares. O jornal idealizado por Irineu Marinho tinha por princípio “buscar a notícia em todos os setores da cidade”. O nome do jornal foi escolhido através de um concurso, e cerca de seis mil pessoas que participaram da votação foram gratificadas com assinaturas mensais do jornal. Roberto Marinho assumiu a direção do jornal de 1931 até

---

<sup>7</sup> O *ranking* mais recente dos jornais de maior circulação paga no Brasil é do ano de 2015, e está disponível no site da Associação Nacional de Jornais: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

<sup>8</sup> As informações sobre a história do jornal estão disponíveis no acervo do site: <<http://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/>>. Acesso em: 9 dez. 2017.

seu falecimento, em 2003. A partir da década de 1970, o jornal passou a consolidar a realização da edição diária, incluindo uma edição dominical. Diante do início da ditadura militar o jornal, que é parte fundamental da Rede Globo, posicionou-se a favor do golpe dos militares e sua tomada do poder. Essa opinião política foi reverberada também pelos canais de televisão e rádio do Grupo Globo de maneira geral. Durante o período de ditadura militar o conglomerado Globo obteve expansão significativa. Em 1985, o jornal incluiu ilhas de computadores na redação. Em julho de 1996 foi lançado o GLOBO ON, portal virtual que continha as edições impressas. A edição digital foi criada apenas em 2006.

#### 2.4.2. O Estado de S. Paulo

O Estado de S. Paulo<sup>9</sup> foi fundado pelos republicanos Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense em janeiro de 1875, sendo um dos jornais atuais mais antigos do país. O propósito político inicial do jornal era contrapor-se à monarquia e a escravidão exercida no país. Seu primeiro nome foi *A Província de São Paulo*. Em 1886, o jornal tinha tiragem de apenas 3.300 jornais por dia. O jornal defendia a ideologia pró-abolição e pró-república marcantes em seus editoriais, com abordagens explícitas principalmente entre o período de 1888 e 1889, quando o país inaugurava oficialmente a fase de ilegalidade da escravidão e de proclamação da república brasileira sem mais a presença da família imperial. Nesse momento, o jornal passa a chamar O Estado de S. Paulo.

Em 1964 o jornal também apoiou o golpe militar que depôs o presidente João Goulart, propagandeando a necessidade de um governo provisório. Ao perceber que os ditadores não deixariam tão cedo o poder, posicionaram-se em oposição ao regime. Assim como quase todos os jornais da época, só deixou de sofrer censura por volta de 1975. Em 2000 é lançado o portal do jornal na internet, *estadao.com.br*, reunindo o conteúdo produzido pelo grupo em seus diversos ramos impressos. Em março de 2010, tanto a edição impressa quanto o portal virtual passam por reformulação visual com novo projeto gráfico.

---

<sup>9</sup> As informações sobre a história do jornal estão disponíveis no acervo do site: <[http://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada\\_1870.shtm](http://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtm)>. Acesso em: 9 dez. 2017.

### 2.4.3 Folha de S. Paulo

A Folha de S. Paulo<sup>10</sup> foi fundada em janeiro de 1960, após fusão dos jornais Folha de Noite (1921), Folha da Manhã (1925) e a Folha da Tarde (1949), sob a liderança de Olival Costa e Pedro Cunha. Em 1976 o jornal incorpora uma seção chamada “Tendências/Debates”, com o objetivo de “dar publicidade a diferentes visões ideológicas em meio à necessidade de redemocratização do Brasil”. Tal contribuição dessa seção no combate à censura vigente da época ainda é de difícil comprovação, visto que o veículo também apoiou o golpe militar de 1964. Em 1996 o Grupo Folha aposta na prestação de serviço de informação *on-line*, lançando o Universo Online. O projeto editorial do jornal visa a “seleção criteriosa dos fatos a ser tratados jornalisticamente, abordagem aprofundada, crítica e pluralista, texto didático e interessante”. Em 2010, as redações do jornal impresso e do *on-line*, agora chamado *Folha.com*, são unificadas e passam por reforma gráfica e editorial.

Os jornais analisados nesta pesquisa têm grande peso no cenário nacional da mídia de massa, e, portanto, participaram ativamente da cobertura jornalística a partir da delação premiada dos diretores da JBS e da defesa construída pelo governo Temer.

---

<sup>10</sup> As informações sobre a história do jornal estão disponíveis no acervo do site: <[http://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia\\_da\\_folha.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml)>. Acesso em: 9 dez. 2017.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A relação promíscua entre governantes e grandes empresários revelada na delação premiada de que trata esta pesquisa reabriu na sociedade o debate sobre como os temas de interesse público são tratados nas instâncias pertencentes à democracia e por fora delas. A arrogância do desejo pessoal de poder no mundo político pode muitas vezes escapar pelas mãos, sob as mais diversas desculpas. Essas desculpas ou motivos podem até travestir-se de justificação universal, mas “quem a elas recorre, estará sempre se sujeitando ao risco do desmascaramento e do constrangimento” (GOMES, 2008, p.161).

Nesta análise de cobertura jornalística, é pertinente problematizar os conceitos de *jornalismo*, *esfera do debate público*, *acontecimento* e *visibilidade*, e a relação entre *interesse público* e *interesse privado*, a fim de refletir sobre os objetos escolhidos – as capas de jornais impressos – que retrataram esse importante capítulo da história política brasileira. Para compreender os fatos noticiados, no item seguinte os conceitos de *corrupção* e *escândalo* são trazidos e discutidos sob pontos de vista que buscam desmembrar alguns problemas profundos desse sistema político em decadência.

#### 3.1 O LUGAR DO JORNALISMO ENTRE INTERESSES PRIVADOS E PÚBLICOS

Diante do surgimento de um acontecimento político que também se configura como acontecimento jornalístico, as diferentes esferas civis tomam lado, inclusive quando aparentam não ter posição sobre o fato desvelado. A política, a sociedade civil, a opinião pública e, talvez principalmente, o jornalismo, buscam encontrar sentido para a surpresa que veio à tona. O jornalismo o busca para traduzi-lo ao mundo e, ao fazê-lo, escolhe uma perspectiva sobre o fato, imprimindo sua marca de confiabilidade sobre o produto jornalístico. Cabe aqui analisar alguns conceitos que tangem a esse debate.

##### 3.1.1. Esfera do Debate Público

Para apontar definições sobre a forma da esfera do debate público, é importante lembrar que essa não se encontra numa coisa, e sim em determinadas práticas sociais com regras e procedimentos, como nos alerta Wilson Gomes. Deixando de lado ilustrações de coisas, lugares ou instituições sociais, há o processo público do debate, pois “uma

discussão é ou não pública em virtude dos meios, modos, princípios e regras de procedimento empregados na sua realização” (GOMES, 2008, p.140). Dentro da opinião de que essa esfera se constitui através de processos, Coelho (2013, p.33) aponta que “o debate é a prática que concatena as demais, dando forma à comunicação pública, à construção da vontade coletiva, de acordo com o modelo do autor”.

Partindo da ideia de que uma esfera pública necessita de encontros argumentativos que exponham opiniões, sejam divergentes ou semelhantes, Coelho (2013) recupera a definição habermasiana que situa a discussão na sociedade burguesa, com pessoas reunidas privadamente e permitindo que essas pessoas relacionem-se com o público, construindo discussões públicas dentro da sociedade civil. Essa esfera representaria publicamente posições que foram gestadas de forma não pública.

Note-se que é preciso, ao mesmo tempo, questionar e relativizar alguns conceitos de Habermas, atualizando algumas discussões e complexificando outras para compreender a esfera pública contemporânea. Para Gomes (2008, p.124), por exemplo, Habermas “subestima o potencial argumentativo da cena política midiática e sua capacidade de produzir – e não apenas representar – a opinião pública”. O autor ainda enfatiza sua crítica aos que não acreditam na capacidade argumentativa da esfera pública, pois esses indivíduos não teriam compreensão de que a esfera pública materializa-se como uma realidade dada na democracia moderna, e suas debilidades são externas a ela:

A política sempre foi a arte de se lidar com emoções, desejos, temores, cobiças. As assembleias políticas não conhecem uma isenção que permita o exercício ponderado, leal e objetivo da racionalidade, mas são organizadas pelas disparidades que provêm de fora delas, pelo interesse e pela vontade de domínio. (GOMES, 2008, p.126)

Ao caracterizar a natureza do debate público, Gomes resgata concepções que comparam formatos e composições, relacionando, por exemplo, a esfera pública plebeia e a burguesa, em analogia a uma possível esfera pública alternativa e a esfera pública dominante e midiática. O autor sustenta que o que se diferenciaria na comparação entre a plebeia e a burguesa seria o público participante do debate em si, ou seja, o proprietário burguês e seus subalternos. Isso não alteraria a natureza da esfera pública, pois o que pode mudar de fato essa natureza são os seus requisitos argumentativos, seus meios e o modo como o debate é realizado. Essa definição nos permite olhar para o conceito de esfera do debate público de forma mais pragmática. Coelho (2013) sintetiza o raciocínio de Gomes sobre a organização da esfera pública ao afirmar que

há uma esfera de visibilidade pública, com função expositiva, e uma esfera da discussão pública, com função argumentativa. Para esta, o sentido de debate público confere uma dimensão pragmática, de prática social. (COELHO, 2013, p.29)

Em meio a crises políticas, governos tendem a apostar na agenda pública positiva, para gerar visibilidade e tentar reverter esta em credibilidade. Afinal, “a constituição de visibilidades e das tensões entre os domínios públicos e privados arrasta consigo a credibilidade que é a questão vital da política” (WEBER, 2006, p.119). A presença positiva em capas e manchetes de jornais é fundamental para a sobrevivência no mundo político em si.

(...) a política tem meios e investimentos sofisticados para se comunicar, para obter visibilidade, mas é no espaço público da mídia que essa visibilidade provoca credibilidade. É o outro falando. O poder exercido pelos *media* reside na sua capacidade de equilibrar pactos e disputas sobre as verdades dos fatos e o espaço mais adequado. (WEBER, 2006, p.127)

Tal poder da comunicação de massa materializa-se como cooperação para com o sistema político, pois esse sistema depende muito dos *media*. Isso se dá com o objetivo de fazer com que possíveis decisões, construídas por trás dos espaços públicos, possam surgir e ter destaque, com o fim de gerar adesão, assentimento e até simpatia dos cidadãos (GOMES, 2008). Weber (2006, p.118), nesse sentido, define que a relação entre os mundos político e da comunicação de massa produz uma “perversa interdependência e salutar infidelidade”.

Aqui o nível de debate e discutibilidade está conectado profundamente entre a esfera civil e o sistema político. No entanto, a comunicação de massa pode resgatar temas políticos de interesse comum trazendo-os para a visibilidade pública e assim ampliar sua audiência (GOMES, 2008). O propósito nesse ponto é conquistar boa recepção mínima do público sobre determinada opinião ou posicionamento, potencializando a exibição após a visibilidade. A partir do momento em que um meio de comunicação de massa – impresso, eletrônico ou digital – publica uma informação, automaticamente empresta sua credibilidade ao fato. A comunicação de massa promove, denuncia e vigia a política, no entanto, é a política que deve fazer por merecer a credibilidade necessária para representar e governar, conforme argumenta Weber (2006).

O propósito da conquista de recepção positiva também evidencia um desafio e, ao mesmo tempo, uma carência do sistema político, ao identificar a necessidade de



modernização na política, em linguagens e mediação. Weber (2006, p.119) destaca que “a equação (des)equilibra sujeitos e instituições dos campos político e midiático. Quanto maior a capacidade de comunicação da política em seu próprio território partidário e social, menor a influência do discurso midiático, e vice-versa”.

Para Gomes (2008), o sistema expressivo formado pelo conjunto da emissão dos meios de comunicação é o que constitui a esfera de visibilidade pública. Isso permanece à disposição do público para apreciação, como um quadro que expõe determinada arte. A comunicação de massa disputa a confiabilidade para o seu lugar de fala dentro do palco da visibilidade, como define Weber:

A visibilidade torna-se então equivalente àquilo que é verossímil, à imagem passível de ser fabricada, ampliada e refreada. O olhar é disputado pelas verdades dos poderes políticos e midiáticos, na mesma proporção que se pretende educá-lo para que o risco de “duvidar do que se vê” seja mínimo. (WEBER, 2006, p.120)

A concretização do debate público por meio da esfera pública nas atuais condições midiáticas de massa e políticas pode ser problematizada sob diferentes pontos de vista. No entanto, é inegável que o próprio Estado, no contexto da democracia contemporânea, vale-se muito da esfera do debate público para sua legitimação dentro da sociedade. A esfera pública orbita entre as instituições e suas práticas de disputa argumentativas, onde o “fim precípua é a prática do debate público legal e legitimado – os parlamentos, congressos e assembleias nacionais, cujos nomes indicam que são âmbitos destinados à negociação discursiva e argumentativa” (GOMES, 2008, p.122).

### 3.1.2 Interesses públicos vs. interesses privados

A forma como conhecemos e como convivemos com o sistema político representativo atual instiga-nos, em algum momento, a refletir sobre sua funcionalidade e legitimidade. Aceitar a existência do Estado, eleger representantes ao Parlamento e ao Executivo, submeter-se às regras judiciárias são decisões que o cidadão toma quase que ao natural, mesmo sem entender muito bem como o sistema democrático funciona e como de fato as pessoas à frente dele podem influenciá-lo.

Coelho (2013) apoia-se em Esteves (2011) para caracterizar o que é público. Alguns atributos apontados como necessários para essa caracterização são a dispersão física e a simbologia de seu caráter. Como descreve a autora,

É uma forma de sociabilidade (ESTEVES, 2011), vinculada às características do mundo moderno, entre as quais as transformações nas possibilidades de interação provocadas pelos meios de comunicação, a habituação do jornalismo na constituição do presente social, e o desenvolvimento das democracias contemporâneas. (COELHO, 2013, p.23)

Por entre o Estado e os diferentes sujeitos da sociedade, está o que é público. Coelho (2013) exemplifica os diferentes papéis que as noções de público podem exercer:

(...) determina valores coletivos a serem perseguidos, dita interesses que se contrapõem ao privado, e deve ter a possibilidade de fiscalizar o poder político exercido em seu nome. Enquanto qualidade de visibilidade e alcance, o público gera um domínio de coexistência da dispersão dos sujeitos, de partilha simbólica, no qual as trocas são possíveis e as distinções com esferas privadas efetuadas. Na qualidade do que é estatal, refere-se a um ordenamento voltado a gerir e contemplar os interesses, moralmente guiado pela coletividade, em regimes democráticos. Nestes, as dimensões do público articulam-se em uma dinâmica própria, com possibilidades e exigências. (COELHO, 2013, p.24)

Quanto das questões e negócios públicos são debatidos sob o olhar adequado da população? Ou, ainda, resolvem-se sem discussão, por meio de outros instrumentos de mediação? A problematização da ausência de debate público real sobre os temas de interesse comum num país faz-se necessária, à medida em que sequer as instâncias de diálogo como audiências públicas nos parlamentos municipais e estaduais, por exemplo, onde se esperam escutas e falas que gerem sínteses, mediações ou desacordos entre poder público e cidadãos, são valorizadas e fortalecidas como canais eficazes.

A dificuldade de enxergar os desvios de intenções pessoais ao conduzir interesses públicos também pode ser acentuada com a interferência da comunicação de massa. Pois é nos núcleos de direção de linhas editoriais dos grandes veículos que o grau de visibilidade sobre os fatos ou sujeitos são determinados. A partir daí, “os graus de opacidade dependerão dos interesses entre os sujeitos, instituições, e a valoração obtida junto aos *media*, cuja visibilidade ou opacidade é definida em sua própria linguagem conformadora da aparência do fato” (WEBER, 2006, p.124).

Coelho (2013) converge com Weber ao identificar o papel importante que a comunicação de massa toma diante de da sociedade que tenta compreender a realidade

diante do jornalismo, pois ele é visto como “agente da palavra pública: uma prática e uma instituição responsável pela seleção, edição e publicização de discursos vinculados a uma percepção de verdade, produzindo efeitos de real, dando conta da atualidade” (COELHO, 2013, p.20).

### 3.2 AS MUTAÇÕES DO JORNALISMO E A BUSCA POR OBJETIVIDADE

A prática jornalística sempre esteve atrelada à ideia do jornal físico e à de imprensa, num sentido atemporal. Primeiramente, o conceito de jornalismo pode estar ligado à prática discursiva de temas da realidade, do interesse comum e público. Em segundo plano, ligado à prática interdiscursiva, pois o jornalismo seria o encontro entre diferentes elementos, como o suporte material e as fontes de discurso (CHARRON; BONVILLE, 2016). Esses autores estudaram a história cronológica do jornalismo para propor uma análise teórica sobre suas modificações ao longo do tempo, focando, no entanto, nas mudanças que as novas culturas e fatores externos, como a economia mundial e as alterações que as próprias práticas jornalísticas possam ter causado no jornalismo.

Nessa concepção de historiografia do jornalismo, há modelos teóricos representados por paradigmas em que Charron e Bonville (2016) centram atenções especificamente nos atributos do discurso jornalístico. Um primeiro paradigma é o *jornalismo de transmissão*, a partir da identificação dos primeiros jornais que surgem no século XVII. Esses são impressos espalhados em correspondências diversas, transmitindo informações entre as fontes e os leitores que acompanham. Essas fontes eventualmente falam em nome de pseudônimos, no entanto, nem o responsável por entregar o jornal físico, no caso o gazeteiro, nem o jornalista responsável por redigir o conteúdo, possuem um modo discursivo.

A “cara” de uma opinião jornalística só seria identificada no início do século XIX, quando há um tipo de transformação de instituições políticas e debates relevantes na sociedade como o direito ao voto, à participação nas decisões comuns, à existência de partidos políticos. O *jornalismo de opinião* vem do espaço social para a existência de opinião e de quem vocalize e organize essa opinião num jornal, isto é, um editor. O veículo fica então a serviço dos interesses das lutas políticas de seu contexto social, recheado de expressões de diferentes matizes e de combate a ideologias diversas, alcançando as altas e baixas camadas econômicas da população, sobretudo a norte-

americana. Esse alcance é bastante limitado devido ao alto nível de analfabetismo e à simplicidade tecnológica, mesmo contando com financiamento significativo de leitores, mecenas políticos e, em certa medida, das primeiras práticas publicitárias.

A melhoria nas condições de transporte entre territórios distantes e a industrialização, principalmente nas últimas décadas do século XIX, contribuiu para a produção em massa de exemplares de jornais. O pensamento comercial ganha peso e consigo a publicidade nos produtos, incluindo os jornais, o que é visto como uma oportunidade de negócio. Logo, os textos são pensados de forma mais suscetível ao entendimento do maior número de leitores possíveis, incluindo as classes populares. Entre 1880 e 1910, diante da maior facilidade em ampliar tiragens e distribuir mais jornal, isto é, mais *informações*, surge o *jornalismo de informação*, consolidando-se a partir dos anos 1920.

Na segunda metade do século XX, é notada a diminuição do espaço para a informação nos jornais e o surgimento de novas plataformas de mídias, estas impulsionadas pelo mercado em busca de inovações tecnológicas. O paradigma do *jornalismo de comunicação* ostenta então um tipo de superabundância de oferta, mais inovadora, com forte presença da digitalização e miniaturização (CHARRON; BONVILLE, 2016). Aqui, há mais espaço para o comentário individual do jornalista, e da própria figura jornalista, onde o discurso midiático e o discurso jornalístico separam-se de forma mais fluida.

A definição de jornalismo estaria na identificação e especificação de suas práticas anteriores, o que não quer dizer uma abordagem cronocentrada, como se ao andar da evolução profissional os jornalistas pudessem aperfeiçoar-se e o verdadeiro jornalismo seria tal qual conhecemos mundialmente hoje em dia. Charron e Bonville (2016) combatem a corrente cronocentrada e também a visão liberal de que a história do jornalismo seria uma jornada permanente em busca da liberdade. Dentre as variantes históricas que criam os paradigmas, diferentes atores reivindicaram mais ou menos a identidade de jornalista.

Num primeiro momento, os gazeteiros que entregavam os jornais em mãos. Depois, os editores e redatores, principalmente os redatores políticos durante o século XIX. Mais adiante, os repórteres têm seu papel fundamental na construção da prática jornalística informativa. Para eles, “o jornalismo, no sentido contemporâneo do termo, só surge, portanto, pela especificação progressiva de práticas antigas. Entre elas, não há ruptura, mas continuidade” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p.32). Essa continuidade

pode ser conferida nos diferentes meios atuais do jornalismo, o qual se apresenta no jornalismo digital (ou *on-line*), como uma forma de adaptação às tecnologias disponíveis e às novas maneiras de buscar e consumir notícias.

Dentro do jornalismo há um valor basilar: a objetividade. A busca pela objetividade pode disciplinar e dar legitimidade ao jornalismo. O jornalismo moderno seria impregnado de busca pela fidelidade aos fatos, orientando sua prática diária, potencializada com os avanços tecnológicos e a industrialização mundial. A padronização das rotinas jornalísticas a diferenciação entre jornalistas e militantes de ideias diversas, principalmente as políticas, são alimentadas pelo ideal de alcance da objetividade (BIROLI; MIGUEL, 2017).

Independentemente do grau de protagonismo depositado na figura do jornalista, há a expectativa de que esse produza um trabalho recheado da maior quantia de objetividade possível, dando ênfase aos fatos e não à sua opinião ou de quem quer que seja. A busca por objetividade parte de um tipo de balanço consensual de que o jornalismo ideal não existe, nem nunca existiu. Diante da impossibilidade de retirar o narrador (o repórter, o jornalista) da cena reportagem, pois ele de um modo ou de outro escolhe palavras e signos para noticiar algo ao mundo, podem ser suprimidos da produção jornalística possíveis julgamentos sobre os fatos, restando apenas fatos. Biroli e Miguel (2017) explicam que a perseguição pela objetividade como um ofício jornalístico pode acrescentar dose importante de honestidade ao trabalho desempenhado. “O jornalismo pode não mais sustentar que aquilo que ele apresenta a seu público é a realidade - mas garante que, ao menos, é realidade” (BIROLI; MIGUEL, 2017, p.61).

Para eles, o que está em questão em meio à busca pela imparcialidade e a objetividade, mesmo que inatingíveis, é compreender como a comunicação de massa age através dos seus discursos jornalísticos sobre o mundo da política e assim o dão sentido. Apesar da tecnologia e as novas mídias terem facilitado o acesso ao mundo da informação, a prática jornalística faz-se necessária para coletar, selecionar e empacotar as milhares informações diárias de forma que estas façam sentido para quem as acessa, contribuindo para a compreensão geral sobre o que se passa em arenas como a da política.

### 3.3 ACONTECIMENTO E VISIBILIDADE

Em sua tese de doutorado, Coelho (2013) discute a definição de acontecimento para analisar o acontecimento público a partir do escândalo de Satiagraha. Sua pesquisa desmembra as diversas faces possíveis do acontecimento, pois o que acontece, acontece a alguém afetando diretamente outro alguém. Como afirma a autora, “o acontecimento é dotado de passibilidade; é passível de ser sofrido pelo sujeito, que dá respostas. Esta transação – uma ‘travessia’ – dota a vivência do acontecimento de qualidades ímpares” (COELHO, 2013, p.68).

A autora recupera Alsina (2009) para afirmar a importância da publicidade dada ao acontecimento para que este seja percebido pela sociedade através das notícias jornalísticas. Sem esse tipo de tradução do que acontece, poderia ser impossível compreender acontecimentos enquanto sociedade.

(...) o acontecimento é um fenômeno de percepção do sistema, enquanto que a notícia é um fenômeno de geração deste sistema. No entanto, o que é notícia para um determinado sistema, para outro sistema é acontecimento. (ALSINA, 2009, p.133). A mídia controla o acontecimento impondo seu determinismo ao ecossistema - sua lógica de produção simbólica. Assim, ‘a notícia é produto da mediação da instituição comunicativa’. (COELHO, 2013, p.135)

Ao construir sentidos, a comunicação de massa passa por processo que Charaudeau (2006) desmembra em *transformar* e *transitar*. O jornalismo atua dando significado aos fatos de um acontecimento, e o sujeito recebe esse produto dando também significado psicossocial no ato da linguagem, a partir de suas relações de identidade individual.

Pode-se afirmar que a notícia conta um acontecimento de determinada forma, sua história de início, meio e fim, junto aos seus desdobramentos, que também afetam os mais variados segmentos. Sozinho, um indivíduo dificilmente pode compreender a totalidade factual de um acontecimento. Tanto Alsina quanto Charaudeau entendem que os acontecimentos dão-se de forma externa aos indivíduos da sociedade. Logo, a mídia tem papel interpretativo importante para desenvolver o reconhecimento diante do que acontece e transmitir uma história.

Nesse caso, o ‘mundo a descrever’ é o lugar onde se encontra o ‘acontecimento bruto’, e o processo de transformação consiste, para a instância midiática, em fazer passar o acontecimento de um estado bruto (mas já interpretado), ao estado de mundo midiático construído, isto é, de ‘notícia’; isso ocorre sob a dependência do processo de transação, que consiste, para a instância midiática, em construir a notícia em função de como ela imagina a instância receptora, a qual, por sua vez, reinterpreta a notícia a sua maneira. (CHARAUDEAU, 2006, p.114)

Silva e Maia (2011) apoiaram-se na definição de Queré (2011) sobre a dupla natureza do acontecimento no desenvolvimento de sua pesquisa sobre o protocolo metodológico de Análise de Cobertura Jornalística. O autor aborda o lugar decisivo dos *media* na figuração dos acontecimentos, “enquanto suportes, por um lado, da identificação e da exploração dos acontecimentos, por outro, do debate público através do qual as soluções são elaboradas ou experimentadas” (Queré, 2005, p.22).

Conforma apontam as autoras, Queré (2011) contribui para a definição de acontecimento público, intimamente ligado ao que toca os interesses públicos.

É de interesse público que fala o acontecimento público. Como visto, esse é um aspecto fundamental para os processos de comunicação pública, mobilizando redes, atores, tematizando questões, com suas exigências de performance – em conformidade com os valores democráticos. Tais experiências públicas são, portanto, organizadas por “princípios ético-jurídicos e pelos quadros institucionais da actividade política num Estado de Direito democrático. (QUÉRÉ *apud* COELHO, 2013, p.74-75)

Coelho (2013) ressalta a posição privilegiada do jornalismo, dentro dos *media*, na atuação diante de um acontecimento público, isto é, de relevância pública, “um valor desejado nas práticas jornalísticas, por acionar Estado e arenas diversas, possibilitando a fiscalização e cobrança dos poderes, o acontecimento público é especialmente afeto ao jornalismo” (COELHO, 2013, p.76).

Em perspectiva avaliativa sobre a sociedade, é importante a caracterização que dá conta de que só se pode considerar altamente democrática a sociedade que obtém visibilidade abundante sobre os debates públicos e que desenvolve questões de interesse comum com a finalidade de produzir suas próprias decisões políticas. Esse cenário idealizado através de reflexões teóricas esbarra nos espaços argumentativos e construtivos dos rumos políticos na sociedade, pois esses são insuficientes, desvalorizados e na grande maioria das vezes, substituídos pelas decisões de bastidores entre quem ocupa postos importantes no jogo de tabuleiro da política.

Os temas de interesse comum carregam por si determinada visibilidade, no entanto, é crucial o papel da comunicação de massa, e especificamente o jornalismo, de girar os holofotes e microfones para os focos relevantes, a fim de emprestar sua credibilidade natural ao que é interesse da maioria saber – à revelia de outros determinados interesses privados.

### 3.4 CORRUPÇÃO E ESCÂNDALOS POLÍTICOS

A discussão sobre a prática de corrupção e a ocorrência de escândalos políticos torna-se cada vez mais necessária para o campo da comunicação política, pois os grandes escândalos políticos originados por casos de corrupção ocorrem na maioria das vezes em detrimento de algum tipo de recurso público. Os temas de interesse público estão diretamente ligados ao interesse comum dos cidadãos, e geram, também, escândalos midiáticos a partir da imprensa. Partindo da ideia de que há diferentes faces e *modus operandi* da corrupção, podemos discutir as diferentes abordagens do problema e as características dos escândalos políticos, afinal, não há uma teoria política da corrupção em si.

#### 3.4.1 Corrupção

A democratização brasileira a partir da Constituição de 1988 é um marco no sistema e história política do país. É difícil negar o avanço do ponto de vista dos direitos civis, da participação cidadã através de eleições e de novos canais de diálogo entre sociedade civil e Estado. À medida em que os avanços civis são perceptíveis sob análises simples, há também uma problemática a ser enfrentada como prática que se renova sob diferentes formas e em diferentes locais na estrutura de poder, independentemente de reformas feitas ao longo da história: a corrupção.

Partindo da ideia de que há diferentes faces e *modus operandi* da corrupção, podemos discutir as diferentes abordagens do problema, afinal, não há uma teoria política da corrupção em si. O esforço diante de diversas opiniões é tentar expressar o horizonte normativo que algumas teorias procuram expressar, pensando também em como esse



conceito foi pensado e recebido pela sociedade em sua época, como aponta Filgueiras (2008).

Ao olhar para o recente século XX, podemos identificar linhas gerais de pesquisa sobre a corrupção que refletem as problemáticas de seu tempo. Após a Segunda Guerra Mundial, surge a teoria da modernização, com uma perspectiva evolucionista da sociedade e estabelecendo um princípio dicotômico entre tradição e modernidade. Essa teoria desenvolve-se sobre dois tipos de estrutura social e de acordo com seus processos de mudanças sociais, isto é, de acordo com seus estágios de desenvolvimento, para chegar à forma plena de um sistema, com o político e o econômico ao mesmo tempo. Os parâmetros são dicotomias como setor rural e setor urbano, não-industrializado e industrializado e, talvez fundamentalmente, o que é subdesenvolvido e desenvolvido.

De acordo com a teoria da modernização, quando a corrupção emerge, significa que o sistema de instituições (uma empresa ou um órgão público) pendeu mais à tradição do que à modernidade, criando um ambiente propício aos erros e escolhas individuais, caracterizando o subdesenvolvimento. A prática corrupta nesse caso “representa momentos de mau funcionamento das organizações do sistema político, que criam sistemas de incentivo para que esse tipo de comportamento se torne comum na política” (FILGUEIRAS, 2008, p.355).

Nye (1967, *apud* FILGUEIRAS, 2008), também se debruçou sobre a relação entre corrupção e os processos de mudança social, analisando especificamente a ponderação entre custos e benefícios da corrupção para quem a pratica e para a sociedade. Para ele, a corrupção pode colaborar positivamente para com o desenvolvimento político, a partir do momento em que ela assume papel de instrumento de formação de capital privado, agindo para superar a burocracia estatal, aumentar a integração entre as elites políticas e melhorar a capacidade de governar um país. Isto é, para o autor, praticar atos corruptos à frente da máquina estatal pode significar benefícios à medida em que coloca o país na rota do desenvolvimento econômico e político, o que não é possível concordar, ao levar em conta a perspectiva de desenvolvimento da democracia. Esse custo-benefício é considerado positivo pelo autor até o momento em que suas consequências influenciam para um tipo de prática corrupta descontrolada e a decadência da legitimidade do próprio sistema.

Ao associar o mau funcionamento do sistema político ao guarda-chuva do subdesenvolvimento, a teoria da modernidade toma o sistema moderno capitalista como modelo normativo em que, para se combater a prática da corrupção, é necessário mirar nas instituições dos países ditos desenvolvidos, de acordo com os critérios capitalistas.

Outra abordagem da teoria da modernização é a cultura política. Essa determina que os países de tradição católica tendem a tolerar mais a corrupção por terem postura mais conducente e obediente em comparação com os países de tradição protestante, o que parece uma afirmativa um tanto quanto frágil dada a complexidade da discussão. Avritzer (2011), em outra análise sobre os sistemas políticos, também critica a definição de fenômeno natural para corrupção, como se esta fosse uma característica da cultura brasileira adquirida por herança da colonização portuguesa e dessa forma tivesse marcado as relações corruptas entre o que é de pertencimento público e de gerência privada, inevitavelmente.

Para Avritzer (2011), naturalizar a corrupção nas práticas do povo brasileiro é ignorar a percepção da própria política e da corrupção do ponto de vista da população, e fechar os olhos para o esforço de aprimoramento institucional aplicado nos anos 1990, como a criação da Controladoria-Geral da União, lei orgânica dos Tribunais de Conta, e reestruturação da Polícia Federal. Tal raciocínio faz todo o sentido na medida em que se entende que não se pode naturalizar a corrupção no campo cultural de um povo, visto que o que há realmente em torno do tema é uma disputa política sobre sua concepção. Nessa disputa, com muitas dificuldades de se desenvolver de forma séria, há posições permeadas de demasiada tolerância à corrupção dentro do sistema político e capitalista vigente, e outras posições fortemente críticas a tais práticas.

A superação da agenda de pesquisa hegemônica da teoria da modernização no século XX só se deu a partir dos anos 1980 e 90, dada a queda do Muro de Berlim e, com isso, a queda da visão dicotômica geral do mundo, por alguns intelectuais cientistas políticos. Esta guinada de pensamento por parte de cientistas políticos considera que não importam, necessariamente, o tipo de estrutura social, mas as atitudes dos sujeitos políticos conforme suas próprias preferências políticas.

A nova abordagem foi iniciada pela premissa de um novo institucionalismo por Susan Rose-Ackerman (1999 *apud* FILGUEIRAS, 2008). Esse ponto de vista está conectado a uma nova agenda política que defende um tipo de reforma do Estado onde o que importa são as normativas da democracia e o mercado, e o que pesa fundamentalmente são as preferências individuais dos agentes políticos para o desenvolvimento de tais reformas, e não a mudança da estrutura da sociedade em si. A corrupção ocorre “na interface dos setores público e privado, de acordo com sistemas de incentivo que permitem aos agentes políticos maximizarem utilidade mediante suborno e propina” (ROSA-ACKERMAN, 1999 *apud* FILGUEIRAS, 2008, p.357). Aqui, a

corrupção é reflexo de um comportamento do indivíduo, que almeja maximizar sua renda privada pensando em seu próprio bem-estar. Logo, os agentes políticos buscam a maior renda possível dentro de determinadas regras, resultando no fluxo de renda na sociedade entre monopólios e inúmeros privilégios. A abordagem de alguns cientistas políticos aponta para a demanda por reformas institucionais que deem autonomia para o mercado e a democracia e incentivem a restrição da prática da corrupção, diminuindo o peso da burocracia estatal no desenvolvimento econômico e político do país.

Algumas reformas importantes foram aplicadas no sistema político brasileiro a partir da ditadura militar em 1964. As reformas trouxeram distorções como a proporcionalidade das representações eleitas nos estados, mais vagas de deputados no Congresso Nacional e, talvez principalmente, o uso de critérios políticos na divisão de recursos do orçamento nacional. O peso político nesse processo transformou-se numa lógica de financiamento do sistema político e eleitoral baseada em verbas públicas. Avritzer (2011) demonstra a função de moeda de troca que recursos da máquina pública estatal e seus cargos tem na governabilidade dos governos contemporâneos, pois o sistema proporcional brasileiro é, na prática, o chamado “presidencialismo de coalizão”, onde um presidente é eleito, porém nunca obtém sozinho junto aos parlamentares de seu partido maioria para aprovar seus projetos. Tal quadro leva a “um conjunto de negociações no interior do Congresso que, como é amplamente sabido, favorece casos de corrupção e o popular ‘caixa dois’” (AVRITZER, 2011, p.45).

#### 3.4.2 Escândalos Políticos

A noção de escândalo pode estar intimamente conectada ao significado de contravenção, transgressão, ao mesmo tempo em que conectada à lembrança de estruturas de poder, seja na política ou na mídia ou nos dois. É um pouco mais complicado do que parece definir as fronteiras do que pode ser considerado um escândalo ou não, tanto em nosso cotidiano quanto diante do que recebemos da mídia de massa diariamente. O que diferencia uma notícia de fatos escandalosos e um acontecimento escandaloso, por exemplo? O conceito de escândalo “transmite muito mais daquilo que enuncia, e ao começarmos a elucidar seus níveis de significado revela alguns traços incomuns” (THOMPSON, 2002, p.37).

Mesmo que a noção de contravenção seja carregada junto ao sentido de escândalo, esse varia de acordo com valores morais e costumes de cada cultura, em cada contexto social e histórico. Apesar desse quesito sensível de variabilidade, há expectativas de conduta e comportamento em determinados campos da sociedade. Um desses lugares é o exercício do poder político, suas regras e convenções obrigatórias para quem o ocupa. Em princípio, todos os cidadãos são iguais perante a lei; no entanto, a visibilidade que o mundo da política obtém o deixa mais exposto aos flagrantes de escândalos.

Políticos representantes do alto escalão dos governos, por exemplo, são postos em maior evidência ainda, pois suas atitudes individuais – também, o quanto essas atitudes foram escondidas e mantidas em segredo – podem ser julgadas incoerentes com seu discurso público.

Os escândalos são, muitas vezes, acontecimentos confusos não apenas porque os valores e normas são comumente contestados, mas também porque no desdobramento subsequente das ações e falas que formam um escândalo específico, uma multiplicidade de valores e normas pode estar implicada. Uma transgressão específica pode estar na origem de um escândalo particular e pode se constituir no foco inicial da atenção, mas a sequência de ações e acontecimentos que se desdobra pode desviar o foco para outro lugar, de tal modo que a transgressão inicial se torna obscurecida por outros interesses. (THOMPSON, 2002, p.43).

A prática de violar regras, leis e convenções sociais ao desempenhar cargos e obrigações públicas e representativas caracteriza a prática da corrupção que pode preceder um escândalo. Para assumir a factualidade de escândalo, o ato transgressor corrupto precisa vir à tona, isto é, ganhar visibilidade para ser conhecido, e imediatamente depois, ter indivíduos não envolvidos que acreditem em sua veracidade. Thompson adverte-nos que um escândalo surge quando e somente quando “o véu do sigilo for levantado e as atividades de corrupção se tornarem conhecidas aos outros, ou se tornarem o foco de uma investigação pública” (2002, p.57).

O público não envolvido no caso desvendado de corrupção necessita ter alto conhecimento sobre os fatos, mesmo que sejam fruto de especulação em torno do tema. No entanto, mesmo com esses pré-requisitos, o fato escandaloso ainda depende do nível de censura moral da sociedade e do contexto histórico em questão, pois a depender do ponto de vista, determinadas práticas corruptas podem ser entendidas com alguma legitimidade para gerir negócios públicos, como se pertencesse ao limite do aceitável. Em outros casos, atos relativamente simples podem ser considerados ofensas para toda uma população.

Thompson analisa o surgimento do escândalo midiático, um tipo diferente dos escândalos noticiados pela imprensa, isto é, que surgem externamente e são apenas trabalhados pela mídia de massa. O escândalo midiático é, até certo ponto, constituído por formas midiáticas de comunicação (2002, p.59). A relação dá-se primeiramente pela lógica mercadológica que permeia em grande parte tanto o mundo da política quanto o da comunicação de massa. Escândalos vendem mais revistas, jornais, e mexem profundamente com a imagem de sujeitos políticos, positiva ou negativamente. Ironicamente, revelar supostos segredos de políticos poderosos também pode ser visto como puro exercício do ofício jornalístico, ao defender o interesse público e, conseqüentemente, o amplo conhecimento de fatos que vinham sendo mantidos, pelos mais variados motivos, privados. Publicizar acontecimentos conforme as inúmeras possibilidades midiáticas modernas de visibilidade é uma realidade relativamente nova, que também gerou uma nova forma de escândalo.

Há ainda o escândalo propriamente político, que envolve diretamente um líder ou uma figura política como um dos protagonistas. Mais do que isso, leva em conta as relações e instituições sociais pelas quais foi atribuído poder político ao indivíduo em questão, isto é, a natureza do poder dado. Segundo Markovits e Silverstein (2002 *apud* THOMPSON, 2002), um escândalo político emerge não do *status* da pessoa em questão, mas do tipo de transgressão que foi praticada. É necessária uma *violação de um processo devido*, isto é, “regras e procedimentos legalmente obrigatórios que governam o exercício do poder político. [...] são públicos e universais; eles definem o jogo político de um modo aberto e sensível” (MARKOVITS e SILVERSTEIN *apud* THOMPSON, 2002, p.124).

Exercer poder em um cargo de alto escalão tende a ser uma função praticamente particular, feita longe do observatório público que, nos moldes do sistema político da sociedade capitalista, tensiona os indivíduos em questão a agir pensando fundamentalmente em seu interesse privado. Em contraponto, o conjunto da sociedade tem a expectativa de obter de quem está à frente da máquina estatal uma conduta que preze pelo interesse comum. É nessa contradição de práticas que a comunicação política e, especificamente o jornalismo, tem papel fundamental de dar respostas à sociedade sobre os escândalos políticos de abuso de poder, de troca de favores, e trazer à público o que até então não se tinha interesse em divulgar. Analisar o enquadramento jornalístico dado a um escândalo é também perceber que tipo de atenção os jornais deram ao tema da corrupção e como o traduziram ao público.

O sistema abre um caminho repleto de possibilidades para a prática da corrupção, seja para quem entende que ela é necessária para governar ou administrar, seja para quem apenas pensa em tirar algum proveito do montante de recursos públicos, pois a finalidade do sistema político e do Estado é a manutenção da base de divisão de todas as coisas e poderes. A corrupção seguirá gerando escândalos políticos e midiáticos envolvendo núcleos políticos. A dúvida é que tipo de mudança real os escândalos serão capazes de catalizar.

#### **4 ESTUDO SOBRE AS CAPAS DOS JORNAIS O GLOBO, O ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO E A DELAÇÃO PREMIADA CONTRA TEMER**

A partir do vazamento do áudio da conversa entre Michel Temer e Joesley Batista, a mídia de massa iniciou uma disputa para contar o melhor possível essa história. Desde o dia da gravação, em março, qualquer fato inédito sobre as condições do áudio ou os fatos delatados à Justiça era uma notícia em potencial para longas e curtas reportagens. Ao olhar para as capas dos jornais já referidos anteriormente, podemos inferir as escolhas tomadas para contar essa história jornalística e politicamente.

##### **4.1 DESENHO METODOLÓGICO**

O método de trabalho escolhido para esta pesquisa é a análise de conteúdo qualitativa. Com esse instrumento de estudo, pretendo detectar tendências e modelos de critérios de noticiabilidade e enquadramentos, bem como descrever e classificar produtos jornalísticos e suas características.

A definição de Herscovitz (2008) sobre o método de análise de conteúdo jornalístico é a base sobre a qual esta pesquisa atua:

(...) método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação. (HERSCOVITZ, 2008, p.126-127)

A partir da hipótese de que os jornais escolhidos tomaram diferentes caminhos jornalísticos na cobertura do escândalo político que envolveu o presidente da República, pretende-se aqui analisar as escolhas políticas de cada jornal e como essas se refletiram nas capas das edições já referidas.

As capas dos jornais foram encontradas no acervo dos respectivos *sites* de cada veículo. Diante de muitas datas analisadas, entre o período de início do escândalo em maio de 2017 até seus desdobramentos jurídicos e políticos atuais, foram escolhidos quatro momentos essenciais. A amostra escolhida são as capas dos jornais O Globo, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, nos dias 18/05, 19/05, 24/06 e 27/06/2017. São classificados neste enquadramento a manchete principal, as possíveis manchetes secundárias, as linhas de apoio da manchete principal, a imagem principal e sua legenda, e as possíveis imagens secundárias das capas, seguindo-se caminhos indicados por Weber; Becker; Cesar; Gallas (2017). Uma primeira análise avalia os enquadramentos à luz de cada dia escolhido, isto é, os enquadramentos feitos na capa dos três jornais de cada data. Dessa forma, será possível inferir o posicionamento jornalístico e político de cada jornal escolhido.

Dentre os focos de análise, as escolhas editoriais expressas nas manchetes principais e secundárias, as imagens destacadas em primeiro plano e a expressão das principais figuras políticas. Em seguida, é realizada uma análise geral envolvendo as aferições da primeira análise e dos conhecimentos teóricos, utilizados no sentido de entender a maneira como os três jornais deram, em maior ou menor grau, destaque para cada desdobramento investigativo fruto da delação premiada.

#### 4.2 A DELAÇÃO NAS CAPAS DOS JORNAIS

A seguinte análise centra atenção em cada enquadramento (no sentido genérico), realizado pelos jornais, comparando como cada veículo noticiou diferentes fatos em quatro datas em comum.

#### 4.2.1 Acontecimento 1 – 18 de maio de 2017 – O vazamento do encontro Temer e Joesley

O primeiro acontecimento refere-se ao dia seguinte ao vazamento do conteúdo da gravação da conversa entre Joesley Batista e Michel Temer, feita em março de 2017 e exposta no anoitecer de 17 de maio de 2017.

##### 4.2.1.1 Classificação da capa dos jornais

Figura 2 – Acontecimento 1 – O vazamento do encontro Temer e Joesley



Quadro 1 - Descritivo do Acontecimento 1 – 18/05/2017

JORNAIS	O GLOBO 18/05/2017	O ESTADO DE S. PAULO 18/05/2017	FOLHA DE S. PAULO 18/05/2017
<b>MANCHETE PRINCIPAL</b>	O país na incerteza  Temer é gravado ao dar aval a compra de silêncio de Cunha	Temer deu aval a compra de silêncio de Cunha, acusa JBS; presidente nega	Áudio de conversa de Temer e empresário encurrala governo



<b>MANCHETE SECUNDÁRIA</b>	Aécio pede R\$ 2 milhões a dono da JBS	Aécio Neves teria pedido R\$ 2 milhões a Joesley  Mantega era o contato do PT  Para Santana, Cardozo é cínico ao negar caixa 2	Aécio Neves pediu R\$ 2 milhões a Joesley, afirma executivo  Senado aprova socorro a Estados em calamidade
<b>LINHA DE APOIO</b>	Não há	Diálogo com dono da JBS foi gravado e consta de delação. Presidente indicou deputado para tratar de interesse da empresa. Planalto nega as informações	Fala do presidente a sócio da JBS sugere aval a compra do silêncio de Eduardo Cunha. Temer confirma o encontro, mas afirma que jamais solicitou recursos ao ex-deputado
<b>IMAGEM PRINCIPAL</b>	Foto de Temer sozinho de braços abertos	Foto de Temer sozinho com as mãos na boca	Foto de Temer ao lado de crianças estudantes
<b>LEGENDA DA FOTO PRINCIPAL</b>	E agora? O presidente Michel Temer, que enfrenta a mais grave crise de seu governo com as revelações da JBS, tem o futuro incerto, na avaliação de políticos aliados e da oposição	Não há	O presidente Michel Temer (PMDB) durante encontro com estudantes no Palácio do Planalto, à tarde, antes de divulgação do teor da delação da JBS
<b>IMAGENS SECUNDÁRIAS</b>	Foto de Aécio sozinho coçando a testa	Não há	Foto de manifestação por Diretas Já e contrária à Temer em São Paulo

Fonte: autora

#### 4.2.1.2 Enquadramentos

O escândalo político que permeou as capas de jornais do dia 18 de maio deu-se ao final do dia anterior, quando o conteúdo da conversa gravada entre Joesley Batista e Michel Temer veio à tona no início da noite. O flagra de ato de corrupção passiva por parte do presidente da República teve cobertura exclusiva no Jornal Nacional. O enorme impacto sobre a imagem do governo ficou expresso nas três capas de O Globo (GLO), Estado de S. Paulo (OESP) e Folha de S. Paulo (FSP).

Nas três manchetes principais o capital político de Temer ficou em xeque, colocando o presidente e, de certa forma, todo seu governo, na defensiva política diante de uma gravação adquirida por um grande empresário. O GLO, através de sua manchete principal “O país na incerteza” e a cartola “A República grampeada”, conecta o fato com seu impacto para o país, tanto para o povo brasileiro quanto para o olhar estrangeiro. O GLO também toma posição ao afirmar que “Temer é gravado ao dar aval a compra de silêncio de Cunha”, isto é, reiterando que a gravação é absolutamente verdadeira. O OESP e a FSP impõem a dúvida sobre o governo e colocam esse em posição de dever provar inocência. O OESP coloca em sua principal manchete a briga de versões entre JBS e Michel Temer, afirmando que o presidente deu aval para comprar o silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB) e rebatendo com a negativa de Temer. A FSP define o governo como “encurrulado” diante da gravação da conversa. No entanto, em sua linha de apoio, aponta o áudio como uma “sugestão” de que o presidente teria sido conivente com a propina, impondo a dúvida sobre os fatos delatados por Joesley Batista.

A FSP utiliza como imagem principal uma foto de o presidente sorrindo ao lado de crianças. Apesar da legenda situar o leitor de que a fotografia foi feita antes do escândalo vir à tona, pode-se inferir essa como uma imagem positiva e ativa do presidente. Já o GLO e OESP escolhem fotos que combinam com o momento delicado do mandato do governo, a primeira com o presidente de braços abertos, em posição de defesa, e a segunda com o mesmo com as mãos na boca e com fisionomia preocupada e pensativa.

Um tema relevante que se faz presente nas três manchetes secundárias é a gravação de outro diálogo entre Joesley Batista e Aécio Neves (PSDB). Na conversa, o senador solicitou R\$ 2 milhões ao empresário para supostas despesas com advogados em virtude das investigações da qual era alvo na Operação Lava-Jato. Os três jornais assumem o conteúdo dessa gravação, e afirmam que Aécio pediu o dinheiro. O GLO publica uma foto do senador coçando a cabeça e olhando para baixo.

A imagem secundária da FSP mostra uma manifestação na cidade de São Paulo, especificamente de um cartaz com a mensagem “Diretas Já”. A legenda da foto aponta que houve protestos pedindo eleições diretas também em Brasília.

#### 4.2.2 Acontecimento 2 – 19 de maio de 2017 – Pronunciamento de Michel Temer

Nesse dia, a cobertura do pronunciamento de Michel Temer no dia anterior (18 de maio de 2017) afirmando que não renunciaria do cargo de presidente é o centro da pauta política nacional, gerando um acontecimento com repercussão internacional. Temer é capa na ampla maioria dos jornais brasileiros.

##### 4.2.2.1 Classificação da capa dos jornais

Figura 3 - Acontecimento 2 – 19/5/2017 – Pronunciamento de Michel Temer



Quadro 2 – Descritivo do Acontecimento 2 – 19/05/2017

JORNAIS	O GLOBO 19/05/2017	O ESTADO DE S. PAULO 19/05/2017	FOLHA DE S. PAULO 19/05/2017
MANCHETE PRINCIPAL	‘NÃO RENUNCIAREI’ Em gravação, Temer ouviu dono da JBS relatar crimes	STF manda investigar Temer; presidente diz que não renuncia	Temer afirma que não renuncia; áudio sobre Cunha é inconclusivo

<b>MANCHETE SECUNDÁRIA</b>	Supremo afasta Aécio do Senado, mas nega prisão Provas em dinheiro vivo	Afastado do Senado, Aécio deixa chefia do PSDB  A hora da responsabilidade Delação da JBS atinge também Lula, Dilma, Renan e Serra	No país, 2,9 mi estão em busca de emprego há mais de 2 anos  Bolsa tem pior queda desde 2008; dólar à vista sobe 8,7%  DIRETAS ou INDIRETAS?  Planalto quer enviar áudio à perícia para ver se houve edição  Ao prolongar agonia, Temer mostra apego à cadeira, não ao país  Presidente é vítima de uma conspiração muito bem-sucedida
<b>LINHA DE APOIO</b>	Não há	Em pronunciamento, Temer negou acusações de Joesley e Wesley Batista, da JBS. Delação da dupla foi homologada ontem. Principal aliado, PSDB decide esperar os desdobramentos das apurações. Fachin libera áudios, que têm qualidade ruim	Em outro trecho, presidente elogia esforço de dono da JBS para ‘segurar’ juízes; STF autoriza investigação do peemedebista
<b>IMAGEM PRINCIPAL</b>	Charge de Temer “lutando” com Rodrigo Janot	Foto de Temer sozinho durante pronunciamento oficial	Foto de Temer sozinho durante pronunciamento oficial
<b>LEGENDA DA FOTO PRINCIPAL</b>	Não há	“Não renunciarei. Repito: não renunciarei” Michel Temer em pronunciamento oficial	O presidente da República, Michel Temer (PMDB), durante pronunciamento no Palácio do Planalto no qual refutou acusações do dono da JBS e negou que vá renunciar ao cargo

<p style="text-align: center;"><b>IMAGENS SECUNDÁRIAS</b></p>	<p>Foto de protesto pedindo a saída do presidente na Cinelândia, RJ</p> <p>Foto da irmã de Aécio Neves, Andrea Neves, sendo identificada após prisão</p> <p>Foto de mala com dinheiro divulgada pela Polícia Federal</p>	<p>Foto de Aécio Neves em sua casa em Brasília</p>	<p>Foto de Andrea Neves a caminho do IML após ser detida em BH</p>
---	--	--	--

Fonte: autora

#### 4.2.2.2 Enquadramentos

No dia após a repercussão nacional e internacional da conversa entre o presidente e o empresário Joesley, Temer faz um pronunciamento nacional transmitido por canais de televisão. O pronunciamento é o tema abordado centralmente pelos jornais no dia 19 de maio.

Durante seu discurso, Temer reitera diversas vezes que não renunciaria ao cargo de presidente da República. A repetição da frase “não renunciarei” soa como resposta aos densos questionamentos sobre sua legitimidade para governar, feitos pela sociedade civil, a imprensa e a oposição política. O GLO em sua manchete principal coloca a gravação feita pelo diretor da JBS em lugar de verdade na narração dos fatos, pois afirma que o áudio “relata crimes”. Também na manchete, GLO dá voz a Temer com a frase “Não renunciarei”. Por outro lado, a FSP dá ênfase ao pronunciamento de Temer ao anunciar que não renunciaria, e impõe dúvida sobre o áudio gravado diante do leitor, categorizando-o como “inconclusivo”. Ao longo das capas analisadas, essa tônica desenvolve-se na cobertura da FSP, ao reverberar posições públicas, no caso, estratégias de defesa do governo Temer.

Nas imagens principais das capas, Temer é o centro. O GLO escolhe uma charge de um tipo de briga entre o procurador-geral da República Rodrigo Janot e o presidente. OESP mostra Michel Temer com fisionomia sisuda e dedo enriste durante o pronunciamento oficial. A FSP também utiliza imagem do presidente atrás do púlpito no pronunciamento, com fisionomia séria e preocupada. Dentro da imagem, os trechos do diálogo com Joesley fazem conexão com a expressão acuada do presidente na foto. O

GLO dá espaço significativo às manifestações pela saída de Temer na noite anterior, no Rio de Janeiro. A imagem escolhida deixa nítido que o protesto foi grande.

Um destaque relevante nos jornais desse dia também é a prisão da irmã de Aécio Neves, a Andrea Neves, em Minas Gerais. A irmã seria uma “laranja” nos esquemas de Aécio, e é enquadrada no GLO no momento em que é fichada numa delegacia, e na FSP é exposta acuada ao tentar se desvencilhar de repórteres e outras pessoas ao chegar no Instituto Médico Legal de MG. OESP não aborda da mesma forma a prisão de Andrea, e dá destaque para o afastamento de Aécio Neves do senado e seu licenciamento da presidência do PSDB.

#### 4.2.3 Acontecimento 3 – 24 de junho de 2017 – Resultado da perícia

O terceiro acontecimento refere-se ao dia de ampla divulgação do resultado final da perícia da Polícia Federal. A investigação sobre a gravação que flagrou o diálogo entre empresário e presidente conclui que o áudio não foi adulterado pelos delatores.

##### 4.2.3.1 Classificação da capa dos jornais

Figura 4 –Acontecimento 3 – Resultado da perícia



Quadro 3 – Descritivo do Acontecimento 3 – 24/06/2017

<b>JORNAIS</b>	<b>O GLOBO 24/06/2017</b>	<b>O ESTADO DE S. PAULO 24/06/2017</b>	<b>FOLHA DE S. PAULO 24/06/2017</b>
<b>MANCHETE PRINCIPAL</b>	Perícia da PF conclui que gravação não foi editada	PF conclui que áudio de diálogo de Temer não foi adulterado	Temer tem pior aprovação no Datafolha em 28 anos
<b>MANCHETE SECUNDÁRIA</b>	Conselho de Ética que Aécio foi vítima de armação e arquiva pedido de cassação	Conselho arquiva pedido de cassação de Aécio  Brasil teme que mais países deixem de comprar carne	Supremo hesita em mostrar o caminho da lei  Perícia feita pela PF descarta edição em áudio de Temer  Ministro planeja troca de diretor da Polícia Federal  Cotados à vaga de Janot defendem escolha de nome da lista tríplice
<b>LINHA DE APOIO</b>	Laudo sobre conversa entre Temer e Joesley será entregue ao Supremo	Interrupções não modificaram conversa; laudo deve integrar denúncia da PGR	76% querem renúncia; cresce de 34% para 47% entre a população a vergonha de ser brasileiro
<b>IMAGEM PRINCIPAL</b>	Foto de Temer em visita à Noruega cumprimentando o rei	Imagem de confronto entre manifestantes opositores à Maduro e defensores do governo na Venezuela	Foto de Temer embarcando em avião na Europa para o Brasil, junto a um assessor que o protege da chuva
<b>LEGENDA DA FOTO PRINCIPAL</b>	O Rei das Gafes - Na visita à Noruega, Temer passou pelo constrangimento de ouvir a primeira-ministra defender uma limpeza no Brasil com a Lava-Jato. Ao lado dela, Temer disse que se encontraria com o rei da Suécia, em vez de rei da Noruega	Confronto - Manifestantes fazem barricadas com caminhões queimados em Caracas	Cobrança - Michel Temer embarca de volta para o Brasil após viagem à Europa; nesta sexta (23), a premiê norueguesa, Erna Solberg, afirmou que está 'muito preocupada com a Lava-Jato' e pediu que seja feita uma 'limpeza' no país
<b>IMAGENS SECUNDÁRIAS</b>	Charge de ministros do Supremo Tribunal Federal jogando capoeira	Foto de joia apreendida pela PF de Adriana Ancelmo, esposa do ex-governador do RJ Sergio Cabral	Duas imagens de um membro da força de segurança da Venezuela sendo baleado durante protesto contra o governo Maduro

Fonte: autora

#### 4.2.3.2 – Enquadramentos

A autenticidade da fita que continha a gravação da conversa entre Joesley Batista e Michel Temer foi um dos principais, senão o principal, foco de contra-ataque do governo Temer e seus apoiadores, técnica e politicamente. Nessa data, é divulgado o resultado da perícia da Polícia Federal sobre a legitimidade da fita. A conclusão é de que a fita não foi adulterada por Joesley antes de ser entregue à justiça.

Tanto o jornal GLO como OESP dão ênfase à informação do resultado da perícia, dando voz ao veredito da polícia, que “concluiu” que o áudio “não foi editado”, “não foi adulterado”, e que o laudo técnico seria entregue ao Supremo junto às demais evidências da Procuradoria-Geral da República. Nesse dia, GLO e OESP dão voz à Polícia Federal em suas manchetes. O jornal FSP tem abordagem distinta sobre o fato, colocando-o em uma manchete secundarizada na capa. Dentro do texto abaixo da manchete secundária, usa aspas na qualificação de “natural” dada pela PF às interrupções verificadas na fita de áudio feita por Joesley. O foco do dia para a FSP é a aprovação ruim do governo de Temer, dando destaque para o dado de que a maior parte da população gostaria que o presidente renunciasse ao cargo, segundo pesquisa do instituto Datafolha. Parece nítida a escolha do jornal em não dar visibilidade ao resultado técnico que autentica a gravação flagrante entre presidente e empresário delator.

A imagem principal da FSP mostra o presidente embarcando em avião sendo protegido da chuva por um provável assessor com um guarda-chuva. OESP dá destaque de imagem a um fato internacional, com uma fotografia de confronto na Venezuela entre manifestantes opositores à Maduro e defensores do governo. Esse conflito também tem espaço na capa da FSP, com imagens de um manifestante sendo alvejado. O GLO ridiculariza Temer ao enfatizar sua gafe diante do rei da Noruega, com uma fotografia do encontro entre os líderes e com a manchete “O rei das gafes”.

Nesse dia Aécio também tem parte significativa de espaço nas capas de o GLO e OESP, marcando a decisão do Conselho de Ética do Senado em arquivar o pedido de cassação do mandato do senador. A FSP não menciona o fato na capa.



#### 4.2.4 - Acontecimento 4 – 27 de junho de 2017 – Denúncia formal de Michel Temer ao Supremo Tribunal Federal

No dia anterior, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denuncia formalmente Michel Temer ao Supremo Tribunal Federal. É a primeira vez na história brasileira em que um presidente em exercício de seu mandato é denunciado pelo crime de corrupção.

##### 4.2.4.1 Classificação da capa dos jornais

Figura 5 – Acontecimento 4 – Denúncia formal de Michel Temer ao Supremo Tribunal Federal



Quadro 4 – Descritivo do Acontecimento 4 – 27/06/2017

JORNAIS	O GLOBO 27/06/2017	O ESTADO DE S. PAULO 27/06/2017	FOLHA DE S. PAULO 27/06/2017
MANCHETE PRINCIPAL	Temer é denunciado 'Não há dúvida da corrupção'	Janot denuncia Temer ao STF; PF vê 'organização criminosa'	Janot acusa Temer de corrupção

<b>MANCHETE SECUNDÁRIA</b>	<p>Janot apresenta ao STF primeira denúncia contra o presidente</p> <p>‘Nada nos destruirá’, disse o peemedebista em solenidade</p> <p>Homem forte dos governos Lula e Dilma, Palocci é condenado</p>	Moro condena Palocci a 12 anos de prisão e cita ‘ameaça’	<p>Laudo da PF embasará nova denúncia</p> <p>Presidente passa à fase da guerra total pelo mandato</p> <p>Papel de Temer em acordo é a questão a ser investigada</p> <p>Moro confena ex-ministro Palocci a 12 anos de prisão</p> <p>BC propõe à Lava-Jato ação conjunta contra suspeitos</p>
<b>LINHA DE APOIO</b>	Não há	Pela primeira vez na história da República, um presidente é acusado de crime no exercício do mandato. Também foram citados o ex-ministro Geddel Vieira Lima e o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures. Defesa diz que denúncia não está calcada em fatos concretos	Segundo denúncia, presidente recebeu, por meio de Loures, R\$ 500 mil de Joesley; ele nega e diz que não há provas
<b>IMAGEM PRINCIPAL</b>	Foto de Temer sozinho de costas, com fundo preto	Foto de Temer sozinho mordendo os lábios	Foto de Temer no dia anterior, sozinho mordendo dedos
<b>LEGENDA DA FOTO PRINCIPAL</b>	Corrupção passiva. Temer no Planalto após receber credenciais de diplomatas estrangeiros e antes de se reunir com advogados e ministros para analisar a denúncia	‘Nada nos destruirá’. Pela manhã, antes de a denúncia ser apresentada, Temer disse em evento que nada o destruirá. ‘Nem a mim nem aos nossos ministros’.	O presidente Temer, ontem, no Planalto
<b>IMAGENS SECUNDÁRIAS</b>	Charge de Temer olhando para Rodrigo Janot e dizendo “Até aqui, tudo bem...”	Não há	Não há

#### 4.2.4.2 – Enquadramentos

Após reunir resultados de investigações, o Procurador-Geral da República denuncia oficialmente Temer ao Supremo Tribunal Federal por corrupção passiva. O GLO dá voz à Janot ao colocar sua declaração na manchete de capa, “Não há dúvida da

corrupção”. Na manchete de OESP, a Polícia Federal fala: “organização criminosa”. Na FSP, o foco é a notícia denúncia que o Procurador-Geral realizou.

As imagens principais das três capas colocam o presidente em posição de isolamento político total. O GLO mostra-o de costas para o leitor, com um fundo preto ao redor de si. A FSP expõe-o de cabeça baixa, olhar para o chão e mordendo dedos, dando sinal de preocupação e tensão. Uma fisionomia semelhante pode ser compreendida na imagem escolhida pelo OESP, onde o presidente morde os lábios e sisudamente olha para o horizonte com olhar caído. OESP enfatiza em sua linha de apoio que Michel Temer é o primeiro presidente da história da República brasileira a ser acusado de crime durante o exercício do mandato.

Os jornais alçam Temer a um lugar de culpado. Nas três linhas de apoio das capas há espaço para a defesa de Temer, que transmite a mensagem de que o governo ainda nega todas as acusações.

Na FSP, uma manchete secundária enfatiza que o laudo da Polícia Federal a respeito da gravação da conversa entre empresário e presidente será usado como embasamento da denúncia perante o STF. O movimento dá visibilidade à legitimação do diálogo por parte da PF demonstra uma modificação do posicionamento da FSP, pois até então o jornal demonstrava dúvidas diante do áudio, mesmo após a perícia da polícia conclusiva para a autenticidade.

A condenação de prisão por 12 anos e dois meses por lavagem de dinheiro e corrupção passiva para o ex-ministro Antonio Palocci (PT), por parte do juiz Sérgio Moro, obtém espaço significativo nas três capas. No entanto, o GLO o identifica como o “homem forte” dos governos Lula e Dilma, a fim de associá-lo aos quatro governos petistas.

#### 4.3 ANÁLISE DAS CAPAS DOS JORNAIS

Através da análise da editorialização das manchetes, das imagens e fotos de figuras públicas, e da seleção das fontes de informação, é possível identificar as narrativas políticas escolhidas por cada jornal. Nessa construção jornalística, em alguns momentos podemos perceber a quem e a que lados da história os veículos dão voz em suas capas, principalmente em suas manchetes principais.

Diante do escândalo político exposto ao final do dia anterior, as capas do dia 18 de maio tentam projetar o impacto político que a delação premiada teve no cenário político nacional e nos rumos do país, especificamente no núcleo do Palácio do Planalto. Os três jornais selecionados transmitiram a notícia deixando o governo federal, no mínimo, em posição defensiva. O lugar de culpa sobre os crimes identificados na delação premiada foi variado em menor e maior grau.

O GLO, através da frase “O país na incerteza – Temer é gravado ao dar aval a compra de silêncio de Cunha” em sua manchete principal e a cartola “A República grampeada”, assume a posição que identifica culpa no presidente da República e em todos os políticos citados na gravação feita por Joesley Batista, colocando as acusações como fatos verdadeiros.

OESP busca cobrir o escândalo nacional com certa dose de objetividade nesse dia, demonstrada nos verbos utilizados na manchete principal e nas vozes para quem decide dar protagonismo na mesma. O jornal noticia a situação caótica com acusação e réplica, na frase “Temer deu aval a compra de silêncio de Cunha, acusa JBS; presidente nega”.

A FSP refere-se à denúncia, também em sua manchete, como “áudio”. Um simples “áudio”, isto é, uma gravação na qual a produção está ao alcance de praticamente qualquer pessoa, um objeto passível de inúmeras edições, teria “encurralado o governo”. A linha de apoio da manchete principal transforma a resposta de incentivo positivo do presidente, diante do relato do empresário de que havia uma propina sendo paga ao ex-deputado Eduardo Cunha no áudio, como uma *sugestão de aval* à compra de silêncio. A tentativa do jornal de diminuir o peso da gravidade dos fatos relatados no conteúdo integral da delação premiada exposta à mídia desde a noite anterior é um viés de atuação que chama a atenção e é identificado nessa e nas próximas abordagens. Tal posição só não é mais acentuada na capa do dia 18, devido à imagem secundária que trata de um protesto contra Temer, mostrando a reivindicação de “Diretas Já”.

As três capas desse dia dão conta de transmitir de forma jornalística o tipo de escândalo que pairava sobre o Brasil naquela data. O escândalo político que tomou as capas dos jornais seguiu as características definidas por Thompson (2002), ao envolver grandes protagonistas da política nacional como o presidente em exercício, o senador Aécio Neves, o ex-deputado – já preso – Eduardo Cunha, isto é, pessoas teoricamente comprometidas com o bem maior do interesse público, ocupando cargos importantes na condução do país, aos quais foram eleitos e, no entanto, transgrediram limites éticos, institucionais e legais.

No dia seguinte, 19 de maio, os jornais repercutem a movimentação política de Temer, ao realizar um pronunciamento ao vivo em rede nacional para afirmar – repetidas vezes – que não renunciaria ao cargo na Presidência da República. Ao mesmo tempo em que a tentativa visou transmitir confiança à sociedade civil, aos setores do grande empresariado econômico e a sua própria base aliada de políticos, o ato de pronunciar um pronunciamento público pode ser tomado como uma medida de desespero do presidente diante da pressão da gravidade das acusações.

Novamente, os jornais assumem posicionamentos políticos distintos ao noticiar tanto o pronunciamento como outros fatos acerca da investigação em curso. O GLO expõe a fala do presidente em caixa alta, “NÃO RENUNCIAREI”, e logo em seguida alça o conteúdo da delação premiada ao lugar de fato consumado: “Em gravação, Temer ouviu dono da JBS relatar crimes”.

O jornal OESP confere protagonismo à ação do Supremo Tribunal Federal, que começaria a investigar o presidente, e em seguida reproduz o resumo do pronunciamento de Temer dando destaque à sua posição política de seguir no cargo, aparentemente ignorando a pressão da oposição e de setores da sociedade civil indignados diante das denúncias de corrupção.

A FSP informa em sua manchete a mensagem de não renúncia de Temer, e traz em destaque novamente o *status* de deslegitimação que deu à gravação do diálogo entre o presidente e o empresário sobre a propina paga pelo silêncio do ex-deputado federal peemedebista: “Áudio sobre Cunha é inconclusivo”. Ainda em uma manchete secundária, o jornal dá voz à defesa de Temer sobre o mesmo tema: “Planalto quer enviar áudio à perícia para ver se houve edição”.

No dia 24 de junho, um desdobramento chave da investigação sobre os crimes relatados e sobre a própria legitimidade na forma com que a delação premiada foi produzida foi divulgado pela mídia de massa. A Polícia Federal comunica que a gravação feita por Joesley não foi adulterada, como afirmava a tese de defesa de Temer, produzida por peritos e advogados. O resultado dessa verificação técnica ganha destaque significativo nos jornais GLO e OESP, que dão voz à PF em suas manchetes ao informar que a fita de áudio não passou por edição ou qualquer tipo de adulteração.

Sob viés distinto, a FSP escolhe não falar sobre o resultado da investigação em sua manchete principal, e sim apenas na segunda manchete secundária de sua capa, informando que a PF descartou a possibilidade de edição. O jornal escolheu abordar com destaque uma pesquisa sobre a aprovação de Temer, apontando que era a menor em 28

anos. Cabe aqui a reflexão sobre a relevância pública dos dois fatos, isto é, até que ponto a pesquisa do instituto Datafolha era mais importante diante do interesse público do que o resultado de uma investigação que instigou a atenção pública durante semanas? Os temas de interesse comum carregam visibilidade por si só; no entanto, a mídia de massa deve dar foco e hierarquia a esses temas, para que obtenham a digna atenção da sociedade civil aos fatos de interesse comum. Retomando Coelho (2013), o lugar do jornalismo na sociedade é privilegiado, inclusive dentro dos *media* pois, diante de um acontecimento público que diga respeito ao interesse comum, tem a possibilidade concreta de fiscalizar e cobrar os distintos poderes. Isto é, o jornalismo pode ser determinante na visibilidade de um fato. A FSP deu espaço em suas manchetes principais anteriormente para o debate sobre a legitimidade ou não do áudio, impondo a dúvida ao leitor, mas não deu vazão à continuidade no lugar que ocupa na esfera de visibilidade. Neste caso, tanto a notícia sobre a pesquisa realizada pelo instituto Datafolha, quanto a notícia sobre a perícia da PF, teriam grande valor jornalístico para estar em primeiro plano na capa do jornal. A escolha da FSP me leva a inferir que a notícia sobre o laudo da PF foi secundarizada, a fim de diluir a relação de sintonia que já havia entre FSP e Michel Temer, a respeito da fita de áudio. Essa escolha editorial mostra como a FSP, assim como qualquer jornal, buscou a credibilidade em suas escolhas na capa, após ter perdido o debate sobre a veracidade da gravação contida na fita periciada.

Em 27 de junho, um importante fato do ciclo de desenvolvimento do escândalo político marca o dia. O Procurador-Geral da República denuncia o presidente em exercício do país formalmente ao Superior Tribunal Federal por corrupção passiva. Nessa oportunidade, os jornais dão destaque máximo à informação, variando entre si os tipos de protagonismo que oferecem às partes investigativas envolvidas. O GLO, desde o início assumindo postura editorial de certeza sobre os fatos delatados pelos diretores da JBS, elenca em sua manchete principal uma frase de Rodrigo Janot, “Não há dúvida da corrupção”. Já OESP dá a informação sobre a denúncia e dá voz à conclusão da Polícia Federal: “PF vê ‘organização criminosa’”. A FSP dessa vez escolhe politicamente apenas informar a ação da Procuradoria-Geral, com manchete simples e não mais dando voz a Temer: “Janot acusa Temer de corrupção”.

Cabe aqui lembrar os posicionamentos políticos dos jornais e identificar que, para o GLO, a delação premiada dos diretores da JBS teve *status* de verdade desde o início do escândalo político. Tal vazamento no dia 17 de maio é, por si só, um marco na

história do poder público do Brasil. Porém, é difícil negar o papel que o Grupo Globo como um todo teve em ampliar o máximo possível a divulgação e elucidação dos fatos em seus diferentes lugares de atuação na mídia de massa. Apesar de não ser objeto desta análise, é relevante destacar o peso que as gravações das conversas do empresário com Temer e Aécio tiveram no telejornal *Jornal Nacional*, bem como nas rádios que compõem as sucursais do grupo.

Ao mesmo tempo, a delação premiada teve nas manchetes de capa da *FSP status* de algo duvidoso, uma denúncia a ser comprovada. É evidente a semelhança do ponto de vista adotado com o discurso de defesa dos porta-vozes do governo, incluindo advogados, políticos e o próprio Michel Temer. O jornal optou por emprestar sua visibilidade – e implícita confiança diante da sociedade civil – para as posições políticas de defesa do governo Temer, travestindo a escolha editorial de jornalismo em busca de objetividade. Como aponta Weber (2006), a comunicação de massa também briga pela confiabilidade diante do outro, por ser quem é, por seu lugar de fala privilegiado, no papel de mídia de massa.

Dentre os três jornais analisados, as posições divergentes de GLO e FSP acabaram contribuindo para que, na análise feita sobre a abordagem da política editorial do jornal OESP fossem identificados menos posicionamentos enérgicos, menos certezas explícitas, e uma espera um pouco maior pelo desenvolvimento tanto das investigações quanto dos posicionamentos políticos das partes envolvidas, incluindo defesa e oposição ao governo de Temer.

O período político analisado nesta pesquisa é um dos mais emblemáticos da história do país. Seja pelo envolvimento direto de um presidente em exercício em flagrante de corrupção passiva, seja pelo montante de recursos públicos que ficaram à mercê dos interesses privados e da propina, ou mesmo pela quantidade de atores políticos do alto escalão envolvidos e sua habilidade de autoproteção na casta política.

Considerando que no desenvolvimento desta pesquisa ainda estamos no ano de 2017, quando o acordo de delação premiada foi construído entre empresário e Justiça, em que as gravações de conversas e provas foram produzidas, em que a corrupção foi exposta à sociedade e as investigações ainda não foram totalmente concluídas, podemos afirmar que este é um primeiro esforço de análise sobre uma história que ainda segue em pleno desenvolvimento e pode gerar novos desdobramentos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os momentos escolhidos para análise foram peças-chave de desdobramentos políticos e midiáticos, embora haja muitos outros momentos e pontos de vista que poderiam estudados profundamente. A partir da análise dos posicionamentos assumidos por GLO, OESP e FSP, podemos inferir que houve um debate público sobre as causas do escândalo político de relevância nacional aqui estudado, porém não houve participação suficiente da sociedade neste debate, tampouco a visibilidade necessária aos temas que o envolviam, e sim o debate público sob a linha editorial pautado por cada veículo.

Se o nível de debate e discutibilidade são medidas para avaliar a conexão entre a esfera civil e o sistema político (GOMES, 2008), podemos observar que a mídia de massa, especialmente o jornalismo, não resgatou os temas de interesse comum que deveria nessa ocasião. Ao escolher dar menor visibilidade ao resultado de uma investigação que deu legitimidade à denúncia de crime de corrupção por parte do presidente da República, o jornal Folha de S. Paulo escolheu não dar sua credibilidade jornalística ao fato. O jornal O Globo, por outro lado, deu voz aos órgãos investigadores e foi além, pois assumiu posição evidente desde o início da cobertura jornalística, localizando o governo Temer no lugar de culpado diante das acusações, mesmo antes de resultados técnicos como o resultado da perícia em relação à fita de áudio.

A interdependência entre a comunicação de massa, especialmente a comunicação política, e o mundo político (WEBER, 2006) ajuda a compreender a forma com que os grandes jornais trataram o tema dessa pesquisa. A denúncia contra o presidente da República em exercício foi de um tipo de gravidade nunca ocorrida na história dos governos brasileiros, no entanto, o jornalismo nacional não traduziu o fato à altura de sua magnitude ao conjunto da população. É evidente que, diante dos acontecimentos estudados, os interesses privados da mídia de massa se sobrepuseram ao interesse público. Não se trata aqui de abstrair os interesses políticos de cada grupo editorial que detém o controle dos jornais, e sim de discutir o papel fundamental que a prática jornalística de conjunto tem na discutibilidade de determinadas pautas hostis à sociedade. É fato que o assunto Política é cada vez mais repugnante aos ouvidos de parte cada vez maior da população. Portanto, no momento em que o jornalismo omite-se em abordar a pauta do escândalo político, dos crimes contra o interesse comum, e omite implicitamente o que



os governantes do país têm feito no cargo público que lhes foi dado, o jornalismo acaba deixando de contar as histórias mais pertinentes à realidade do cidadão, prejudicando severamente seu acesso à informação que lhe diz respeito.

A sociedade depende do jornalismo para a tradução do mundo real e cotidiano, a fim de construir mediações que nos permitam entender e compreender catástrofes, ilegalidades, desastres de natureza ambiental e situações triviais ao mesmo tempo. Através dessa referência de credibilidade, o jornalismo diz implicitamente ao conjunto da sociedade o que é o que não é importante, e quase em última instância, onde há e não há verdade. Os acontecimentos objetos dessa pesquisa permitem identificar uma disputa por credibilidade e visibilidade por parte dos jornais, diante da delação premiada contra o presidente.

Outras pesquisas relacionadas ao mesmo objeto poderiam centrar atenções no desenvolvimento que o escândalo teve no próprio campo político, dentro do Congresso Nacional, quando a denúncia formal por corrupção passiva contra o presidente Temer foi arquivada por deputados federais, com grande apoio na ocasião. Ainda, analisar a movimentação do Planalto em busca da contenção midiática e política durante a segunda denúncia apresentada contra o presidente. Esse período emblemático ainda poderia ser analisado pelo ponto de vista da grande reviravolta que teve em sua própria história, no que tange ao acordo de delação premiada feito entre JBS e Procuradoria-Geral da República.

Em setembro de 2017, o caso dos crimes de corrupção relatados por diretores da JBS ganhou um novo capítulo com proporções quase tão grandes quanto seu próprio surgimento. O acordo de delação premiada previa, além da condição de liberdade para os irmãos Batista, o prazo de 120 dias (a contar de maio de 2017) para entrega de toda e qualquer prova que embasasse as acusações dos diretores. Em 31 de agosto de 2017, final do prazo, os empresários entregaram seu material de delação com fitas de áudio com novas gravações<sup>11</sup>, desconhecidas até então da Justiça e da sociedade, incluindo a mídia de massa. Essa ação configurou omissão por parte dos diretores da JBS, o que não invalidou as provas já entregues anteriormente, porém coloca em xeque os benefícios previamente acordados.

---

<sup>11</sup> As informações sobre esse desdobramento estão disponíveis nas reportagem no site do jornal NEXO em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/09/05/A-cronologia-do-caso-JBS-press%C3%A3o-dela%C3%A7%C3%A3o-e-questionamentos> e <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/10/20/Como-est%C3%A1-a-situa%C3%A7%C3%A3o-dos-irm%C3%A3os-Wesley-e-Joesley-Batista>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

Após a escuta dos novos diálogos, no início de setembro de 2017, a Justiça suspeita que houve tentativa de interferir na investigação do Ministério Público, pois o nome de Marcelo Miller, Procurador da República e integrante da equipe de investigação da Operação Lava-Jato, é citado como um contato de apoio dos empresários dentro da Justiça. Entre fevereiro e abril desse ano, de fato o Procurador Miller movimentou-se para sair do seu cargo público, e começou a trabalhar no setor privado como advogado de uma empresa ligada ao Grupo JBS.

A tese da Procuradoria-Geral é que os empresários Batista não se deram conta de que as conversas sobre esse assunto estavam sendo gravadas na época, e então entregaram esse material junto com os demais à Justiça no final de agosto de 2017. A partir daquele momento, Rodrigo Janot abriu nova investigação sobre os diretores da JBS, retirou sua imunidade, cancelou o acordo e, no dia 8 de setembro, Joesley foi preso de forma preventiva. Na semana seguinte seu irmão Wesley também foi detido. A cobertura jornalística desse desdobramento político e midiático por parte dos três jornais escolhidos aqui seria um bom objeto de estudo futuro, pois seria possível identificar a continuidade ou não da linha editorial de cada mídia aqui estudada.

Nos dias finais em que se desenvolve esta pesquisa, parece claro que o governo Temer reconquistou alguma estabilidade política para seguir seu mandato até o ano eleitoral de 2018, embora sua popularidade siga extremamente baixa. As investigações perderam protagonismo midiático, embora cada vez mais partidos e políticos reconhecidos estejam envolvidos na suspeita de atos corruptos.

Retomo aqui a reflexão feita sobre a corrupção e os escândalos políticos, pois, diante de cada vez mais demonstrações de sobreposição dos interesses privados aos públicos em espaços que, em tese, deveriam ser dominados pelos interesses públicos, é possível enxergar como o sistema político capitalista dá brechas para que tais práticas se perpetuem. Inclusive para que políticos como Michel Temer e Aécio Neves sejam absolvidos por seus colegas de Congresso Nacional e retomem suas atividades no Poder Executivo e Legislativo.

Alguns questionamentos se impõem, como por exemplo, até que ponto é possível que essa lógica siga protegendo o sistema político e até que ponto a mídia de massa pode contribuir ou não para a contenção da indignação civil? Felizmente, a realidade é sempre mais rica do que as tentativas acadêmicas em prever desfechos. Estamos mais próximos de avançar enquanto sociedade e jornalismo com soluções democráticas à medida em que

casos emblemáticos como esse vêm à tona – por maiores que sejam as contradições e debilidades de suas investigações – do que quando há sigilo sobre os mesmos.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVRITZER, L.; BIGNOTTO, N.; GUIMARÃES, J.; STARLING, H. (Orgs.). *Corrupção, Ensaios e Críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- AVRITZER, L.; FILGUEIRAS, F. (Orgs.). *Corrupção e Sistema Político no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. *Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2017.
- CHARRON, J.; BONVILLE, J. *Natureza e transformação do jornalismo*. Florianópolis: Editora Insular, 2016.
- COELHO, M. P. *O acontecimento público Satiagraha, entre o Estado e a mídia*. 2013. 316 f. Tese (Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- GOMES, W. *Da Discussão à Visibilidade*. São Paulo: Editora Paulus, 2008.
- LAGO, C.; BENETTI, M. (Orgs.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- NYE, J. Corruption and political development: a cost-benefit analysis. *American Political Science Review*, v. 61, n.4, 1967. In: AVRITZER, L.; BIGNOTTO, N.; GUIMARÃES, J.; STARLING, H. *Corrupção, Ensaios e Críticas*. (Orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG. 2008.
- ROSE-ACKERMAN, Susan. *Corruption and government*. Causes, consequences, and reform. New York: Cambridge University Press, 1999. In: AVRITZER, L.; BIGNOTTO, N.; GUIMARÃES, J.; STARLING, H. *Corrupção, Ensaios e Críticas*. (Orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG. 2008.
- SILVA, G.; MAIA, F. D. O método Análise de Cobertura Jornalística na compreensão do crack como acontecimento noticioso. In: LEAL, B.; ANTUNES, E.; VAZ, P. (Orgs.). *Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos*. v. 2. Florianópolis: Editora Insular, 2011.
- THOMPSON, J. B. *O Escândalo Político: Poder e Visibilidade na Era da Mídia*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- WEBER, M. H. Visibilidade e Credibilidade - Tensões da Comunicação Política. In: MAIA, R.; CASTRO, M. C. (Orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

**Anexo I – Transcrição da conversa entre Joesley Batista e Michel Temer, em 7 de março de 2017<sup>12</sup>**

**Joesley** - [trecho inaudível] Tudo bem?

**Temer** - Você está morando fora do Brasil? Soube que você está morando fora. Tá nos Estados Unidos?

**Joesley** - Tô ficando muito. A maior parte é lá. Como tá a correria?

**Temer** - (Trecho inaudível) Eu era tão feliz. Estou fazendo dez meses, parece que foi ontem. Tem a oposição. Lançaram o golpe, golpe, golpe, depois passou. (Diziam que) A Economia não vai dar certo. Começou a dar certo. Então, os caras (oposição) estão num desespero. Ainda bem que eu tenho apoio do Congresso. Se eu não tenho apoio do Congresso, eu tô ferrado. Mas vai dar certo, vamos atravessar isso aí, você vai ver. Vamos chegar no final deste ano já muito melhor. E 2018 vamos comemorar.

**Batista** - Com certeza. É isso mesmo. Sabe que nós vamos chegar no fim deste ano olhando pra frente mais animados.

**Temer** - Já começou. Modestamente, mas já começou (o ânimo).

**Batista** - Muito rápido.

**Temer** - Seis meses como titular e olha o que já fizemos: aprovamos o teto dos gastos, a DRU (Desvinculação de Receitas da União), reforma do ensino médio, a admissibilidade da (reforma) Previdência, grande acordo na reforma trabalhista, que foi o acordado sobre o legislado.

**Batista** - Muito rápido. Economia tá bem, mas tem que baixar o juro rápido, porque a reversão da expectativa foi muito rápida.

**Temer** - (inaudível) Desce mais um (ponto) e vai descendo responsavelmente.

**Batista** - Você sempre tem que deixar o mercado com a sensação de que foi pouco. Tem que ficar na sensação... Não pode tomar a dianteira. O BC baixou 25 (pontos base), depois 25 (pontos base). Aí quando deu aqueles 75, o mercado deu uma animada, mas já esperava 1 (100 pontos base). Depois dá 1 e acha pouco, pede 1,5 (150 pontos base).

---

<sup>12</sup> A transcrição do diálogo está disponível no site do jornal Folha de S. Paulo: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1885414-leia-na-integra-a-conversa-entre-o-presidente-temer-e-joesley-batista.shtml>>. Acesso em: 9 dez. 2017.

**Batista** - Presidente, deixa eu te falar. Primeiro, eu vim aqui por dois ou três motivos. Primeiro que eu não tinha te visto desde que quando você assumiu.

**Temer** - Quando eu assumi não.

**Batista** - Antes de assumir. Estive no seu escritório dez dias antes quando, tava ali naquela briga, naquela guerra nas redes sociais. Negócio de golpe, etc. De lá pra cá, vinha falando com o Geddel, enfim...

**Temer** - Deu aquele problema... Um idiota (ex-ministro da Cultura Marcelo Calero), uma bobagem que ele fez... Sem consequência nenhuma, ele aproveitou pra fazer um carnaval.

**Batista** - Andei falando com o Padilha, mas ele adoeceu, ficou adoentado... Então eu pensei: "deixa eu ir lá dar uma..." Primeiro, dizer o seguinte: "tamo junto". O que o senhor precisar de mim, o senhor me fala. E também te ouvir um pouco, presidente. Como é o que senhor está nessa situação toda de Eduardo (Cunha), não sei o que?

**Temer** - Eduardo resolveu me fustigar. Você viu que... O Moro indeferiu 21 perguntas dele que não tinha nada a ver com a defesa dele. Era pra me trolar. Eu não fiz nada (inaudível) no Supremo Tribunal Federal.

**Batista** - Eu, o que ia falar, assim, dentro do possível, eu fiz o máximo que deu ali, zerei tudo o que tinha de alguma pendência daqui para ali, zerou tudo, liquidou tudo. E ele foi firme em cima. Ele já tava lá, veio, cobrou, tal, tal, tal. Pronto. Acelerei o passo e tirei da fila. O único companheiro dele que está aqui, porque o Geddel sempre estava, Geddel andava sempre ali, mas o Geddel, com esse negócio, perdi o contato, eu não posso...

**Temer** - É complicado...

**Batista** - E eu não posso encontrar ele.

**Temer** - (Inaudível) não parecer obstrução de justiça.

**Batista** - Isso isso. O negócio dos vazamentos do telefone lá do Eduardo com Geddel volta e meia citava algo meio tangenciando a nós. Eu tô lá me defendendo. Como é que eu... O que eu mais ou menos me dei conta de fazer até agora? Eu to de bem com o Eduardo...

**Temer** - Tem que manter isso, viu? (Inaudível)

**Batista**: Todo mês.

**Temer** - (Inaudível) Também... tô segurando as pontas, tô indo, tô meio enrolado aqui no processo.

**Temer** - (Inaudível)

**Batista** - É, sou investigado. Eu não tenho ainda a denúncia. Aqui, eu dei conta de um lado do juiz, dar uma segurada. Do outro lado, um juiz substituto.

**Temer** - Que tá segurando os dois.

**Batista** - Segurando os dois... Ó, eu consegui um procurador dentro da força-tarefa.

**Temer** - Que tá lá...

**Batista** - Que também tá me dando informação. E eu lá que tô para dar conta de trocar o procurador que tá atrás de mim. se eu der conta, tem um lado bom e um lado ruim. O lado bom é que dá uma esfriada até o outro chegar e tal. O lado ruim é que se vem cara com raiva ou com não sei o quê...

**Temer** - (Inaudível)

**Batista** - O que tá me, me...

**Temer** - Ajudando?

**Batista** - Não, o que tá me ajudando tá bom, beleza. Agora o principal é o que tá me investigando. Consegui colocar um no grupo. Agora tô tentando trocar...

**Temer** - O que tá em cima de você.

**Batista** - Isso.. estamos nessa. Ele saiu de férias. Até nessa semana fiquei preocupado que saiu um burburinho que iam trocar ele. Eu fiquei com medo. Tô contando essa história pra te dizer que eu tô me...

**Temer** - Se mexendo.

**Batista** - Me defendendo, me segurando. Os dois lá se mantendo, tudo bem, mas é um (inaudível). O Geddel tava aqui, aquele negócio da anistia quase não deu.

**Temer** - (Inaudível) Mas se todos fizerem isso... (inaudível)

**Batista** - (Inaudível) Sabe que eu estive até com presidente Lula na (inaudível), lá no dia que o PT... (Inaudível)

**Temer** - (Inaudível)

**Batista** - Presidente, eu não sei o quanto o senhor está ao par, assim, de como (inaudível) é uma brutalidade, um negócio...

**Temer** - (Inaudível)

**Batista** - Duas ou três semanas atrás, outro que eu nunca ouvi falar. A menina que trabalhava com Lúcio no financeiro, nunca ninguém nosso nunca viu nada. "Ah porque ouvi falar do Lúcio que não sei o quê"... Pô, me rendeu um Fantástico, um Jornal Nacional, uma confusão...

**Temer** - (Inaudível)

**Batista** - Ainda bem que tenho boa relação com a imprensa e consegui rapidamente... aquietou.

**Temer** - (Inaudível)

**Batista** - Sobre esse ponto, estamos tocando.

**Temer** - (Inaudível)

**Batista** - Tô fazendo 50 mil por mês pro rapaz (inaudível) e me dá informação.

**Temer** - (Inaudível)

**Batista** - (Inaudível) reunião, falou isso, falou daquilo. O brabo é... Enfim, mas vamos lá. Queria falar como é que é, pra falar contigo, qual melhor maneira, porque eu vinha falando através do Geddel, eu não vou lhe incomodar, evidentemente.

**Temer** - (Inaudível)

**Batista** - Eu sei disso, por isso é que...

**Temer** - (Inaudível) É o Rodrigo (Rocha Loures, deputado federal).

**Batista** - É o Rodrigo? Então ótimo.

**Temer** - (Inaudível) passar para o (Henrique) Meirelles (inaudível) da mais estrita confiança.

**Batista** - Prefiro combinar assim, se for alguma coisa que eu precisar eu falo com o Rodrigo, se for assunto desses aí.

**Temer** - (Inaudível)

**Batista** - Funciona super bem, posso vir onze da noite, converso dez minutinhos, meia horinha e vou embora. Tá, vamos falar de outra coisa.

**Batista** - E o Henrique, como você tá com o Henrique?

**Temer** - Tá muito bem.

**Batista** - Tranquilo?



**Temer** - (Inaudível) Quer dizer, ele concorda quando eu digo, 'ô Meireles, não porque vai acontecer isso aqui'. 'Tem razão.' Aí ele faz o que eu (inaudível) muito bem.

**Batista** - Ele é trabalhador.

**Temer** - Trabalhador. Nós todos. O que a gente fez com o Brasil é inacreditável, inacreditável. Mas o Henrique vai muito bem comigo, eu chamo ele todo dia pra trabalhar.

**Batista** - E ele gosta.

**Temer** - Ele gosta.

**Batista** - Ele gosta de trabalhar. Você não chama ele pra ir pra praia. Se você for pra praia e chamar ele, iiiih.

**Temer** - Não tem graça.

**Batista** - Se falar, vamo trabalhar. E o Henrique é muito disciplinado, lógico. Relação ótima com ele. Eu já andei falando com ele alguns assuntos, conhecendo ele. Ele é pra caramba. Um dia eu falei com ele, 'ministro, e o nosso lado no BC ah, e tal'. Ele: Não, aquilo lá o Ilan faz as coisas' e tira fora. 'Mas não é você que manda nessa merda?' 'Não, o Ilan lá.'

**Temer** - (Inaudível) o Ilan.

**Batista** - Então, aí que eu quero. Um dia eu falei assim, 'Henrique, precisa mexer na Receita Federal, porra. Esse Rachid (Jorge Rachid, secretário da Receita) aí tá tanto tempo aí. Bota um outro cara aí, mais dinâmico, pá. Um monte de coisa pra fazer'. 'Ih, não, não posso mexer.' Aí, beleza. Não, beleza o planejamento. 'Foi você que colocou a Maria Silva lá.' 'Não, não, não, isso foi o Jucá, eu'

**Temer** - (Inaudível) Ligou, acertou e tal.

**Batista** - Queria ter alguma sintonia contigo pra quando eu falar com ele, ele não jogar: 'Ah, não, o presidente não'.

**Temer** - Não deixa.

**Batista** - 'Não deixa, não quer'. Pô Henrique, (inaudível) você não manda porra Eu falei com ele, do Cade. O presidente do Cade ia mudar, né? Mudou. Sei lá. Botou alguém aí.

**Temer** - Já mudou.

**Batista** - Já mudou, já botou. Ei, pô. Presidente do Cade, tem que botar "Ah, isso aí..." Quero dizer o seguinte, resumindo: eu também não sei se é hora de mexer alguma coisa

porque dentro do contexto geral, também não quero importunar ele, também... Se eu for mais, eu trabalhei com ele quatro anos, se eu for mais firme nele, pô Henrique... Eu acho que, acho que ele corresponde

**Temer** - Ele (inaudível) Brasília tem (inaudível) maiores na vida dele, pra mim, foi eu e você.

**Batista** - Eu sei disso. Até voltando um pouco ao caso do Eduardo, na época, de "ah, briguei lá e tal pra". Ó, agora tem que ver se, enfim. Tudo bem. Aí ele, uns 15 dias antes dele (inaudível) Eduardo Cunha, vem dar uma 'afobadazinha' em mim: "Ó, agora tem que trabalhar, não sei o que tal". "Eduardo, não é assim também, peraí, não é assim não." "Mas puta que o pariu." Aí, Eduardo Uns 15 dias antes, eu: "Eduardo, não é assim não, peraí, pô". "Pô, tá com a Ferrari aí?" Porque ele tinha interesse, ficou Fazenda, Banco Central Banco Central perdeu o status de ministro, né? O Henrique ficou muito prestigiado... Peraí, o Henrique também não vai sair fazendo... Queria só, não sei se eu, te dar um toque em relação a isso. Em relação a, eu não sei o quanto eu vou mais firme no Henrique, o quanto eu deixo ele com essa pepineira dele aí e tal.

**Temer** - Se ele, (inaudível) está errado.

**Batista** - Se ele jogar pra cima de você, eu posso bancar? Dizer assim "não, não qualquer coisa eu falo com ele."

**Temer** - (Inaudível) fazendo escondido (inaudível).

**Batista** - Ah, então. Lógico, lógico. Eu não vou falar nada descabido. Agora, esse presidente do Cade isso seria É importantíssimo ter um presidente do Cade ponta firme.

**Temer** - (Inaudível) foi nomeado?

**Batista** - Já foi, já foi, já foi. Em janeiro agora. Eu falei pra ele. Foi nomeado o presidente.

**Temer** - (Inaudível) conversa franca.

**Batista** - Eu não sei. Por exemplo, agora está o presidente da CVM para trocar, é outro lugar fundamental. Eu queria assim.

**Temer** - Você devia falar com ele.

**Batista** - Se eu falar com ele, e ele empurrar pra você, eu poder dizer não não, não.

**Temer** - Não, pode fazer.

**Batista** - É só isso que eu queria, ter esse alinhamento. Pra gente não ficar e pra ele perceber que nós temos.

**Temer** - (Inaudível)

**Batista** - Uhum, uhum. Quando eu digo de ir mais firme no Henrique é isso, é falar "Henrique, você vai levar, vai fazer isso? Então tá bom". Porque aí ele vem Então pronto, é esse alinhamento só que eu queria ter.

**Temer** - Pode fazer isso.

**Batista** - E todos os, em termos mais amplos, genéricos, ter esse alinhamento pra dizer o seguinte, quando eu falar um negócio, porra, pelo menos vai lá e consulta, vai ver. Eu queria te dizer o negócio do BNDES lá, daquela operação, o Geddel me falou que teve todo o empenho e esforço.

**Temer** - (Inaudível)

**Batista** - Não deu de um jeito, mas deu de outro e pronto.

**Temer** - (Inaudível) eu chamei e ela veio me explicar (inaudível) jeito e deu certo.

**Batista** - O BNDES tá bem travado. Esse negócio é outra (corte) influência Hoje com quem que a Maria Silva tá falando com quem? Tá problemático.

**Temer** - (Inaudível) Tem servidores lá que estão com os bens indisponíveis. Não pode mexer, eles têm medo de mexer em qualquer coisa. Tá com um verba de R\$ 150 bilhões parada. (corte) Mas isso aí do Meirelles pode falar.

**Batista** - Isso que eu quero. E se ele escorregar eu digo.

**Temer** - Consulte-o. Consulte o presidente.

**Batista** - Geddel você tem visto ele?

**Temer** - Falou comigo hoje, por telefone. (inaudível) uma razão (inaudível).

**Batista** - Exatamente. Como vai financiar 2018?

**Temer** - Não sei. (Inaudível) Acho que quando melhorar bem a economia, muda.

**Batista** - Com certeza. Casa que falta pão não tem leão. Não é assim? Não tem nenhum remédio melhor do que as coisas bem, financeiramente. Todo o mundo acalma. No TSE, como é que tá?

**Temer** - Tudo bem (inaudível) foi um troço meio maluco. Mas eu acho que não passa o negócio da minha cassação porque eles têm uma consciência política (corte). Porra, mais

um presidente? Primeiro (inaudível). Terceiro, a improcedência da ação. (Inaudível) E tem recurso, no TSE, no Supremo. (corte) E até lá já terminou o mandato.

**Batista** - Então tá bom. Puta que o pariu.

**Temer** - Os aborrecimentos que você está tendo também.

**Batista** - Ah, é duro, né ô presidente? Igualzinho o senhor aqui também, né? A gente fica equilibrando aqueles pratos. Mas não temos só isso. Tem a empresa, tem o concorrente, tem os Estados Unidos, tem o dia a dia, tem a empresa. E tem que parar por conta de resolver coisas. Eu falo lá pro procurador, "Ô doutor procurador, o senhor quer me investigar não tem problema, mas não fica dando solavanco, não. Não fica dando solavanco e fazendo medidas destemperadas, e divulgando pra imprensa. Ô Doutor, eu posso estar certinho, mas vou chegar lá morto, de tanto solavanco que o senhor dá. Se eu tiver 100% certo, eu morro. Para com isso". Da última vez eu até falei, "Faz um favor pra mim, me denúncia de alguma coisa". "Mas eu não tenho nada pra te denunciar." "Mas inventa, inventa. Me denuncia. Que eu não aguento, se ficar desse jeito, senhor vai me quebrar." Puta que o pariu, eu sei que é o seguinte. Mas tudo bem, nós somos do couro grosso.

**Temer** - Isso vai passar, viu, não vai ficar a vida toda assim.

**Batista** - Tem que Como se diz. (corte) Menos pé no chão também, lógico, passado é passado. Tá faltando talvez, presidente, quando tava ali falando de anistia, o negócio da autoridade, a gente tinha uma coisa objetiva para lutar pelo o que. Estamos lutando, trabalhando... (corte) A gente tinha que pensar, porque se não for atrás de algo, esses meninos, eles não tem juízo, eles não param. Um delata um, que delata o outro, que delata um, que delata o outro. Delação sem verdade, que não precisa provar nada.

**Temer** - É, é.

**Batista** - É o seguinte, eu até perdoo, já teve uns quatro ou cinco que delatou nós, coisa estapafúrdia, como o Sérgio Machado. Eu nunca vi esse cara na vida. (cortes) Eu vi o vídeo, eu fico pensando que fala assim: 'fala da aí da JBS', não, eu não tenho nada', 'ah, então vai preso, então vai embora'. "Mas eu não conheço esse povo... 'não, lembra se não, não fecha'.

**Temer** - É, é.

**Batista** - Eu vi o vídeo de um pobre coitado do Sérgio que eu nem conheço, comemorando o último capítulo, da JBS. Ele decorou, leu um papelzinho lá, tal tal tal... Quando acabou, ah, acabou!.

**Temer** - O Sérgio Machado?

**Batista** - É, fala de JBS (corte). Nós nunca passamos perto da Petrobras... da Transpetro. Nunca vi Sergio Machado na vida, nem ele, nem os filhos dele, nada. Mas aí o procurador vira 'fala, se não...'

**Temer** - Quer se livrar, fala.

**Batista** - Lembra de alguma coisa.

**Temer** - Acho que foi gravado pra poder convencer os procuradores a aceitar (inaudível).

**Batista** - Eu fico imaginando. Teve um menino, uma dessas operações, que tava preso. Ele teve que falar alguma coisa nossa. Ele contando, é de dar dó do cara. Gente, vocês não sabem, eu fiquei 15 dias humilhado na cadeia porque eu não tinha nada para falar. E foi, foi, foi, eu falei. De tudo o que aconteceu conosco até agora, tem só um tal dum PIC, que é um procedimento investigativo criminal. Não tem nada, uma prova, não tem um dinheiro meu no exterior que eu depositei. No dia que aconteceu eu estava nos EUA e liguei para o meu advogado. Que que é isso? Ele também não sabia, não é criminalista. E disse que o delegado disse que não precisava se preocupar, é um PIC. Meia hora depois falou: bloqueou as contas. Hein? Mais meia hora, ó, os bens tão bloqueados. Mais meia horinha disse ó, tão recolhendo os passaportes, não pode viajar. Tá louco? Daqui a pouco com PIC estou é preso. Foi onde corri lá no Procurador, dei um seguro garantia de R\$ 1,5 bilhão e pronto, resolveu o meu problema. Você imagina se eu não consigo fazer um negócio desse? É muito desproporcional. Então eu acho, presidente tem que criar alguma agenda, alguma coisa. Eu tava lendo o PSDB, agora estão se mexendo.

**Temer** - (Inaudível)

**Batista** - Presidente, não vou tomar mais seu tempo, não. Obrigado, adorei te ver.

**Temer** - Bom te ver aí.

**Batista** - Nós estamos combinando o seguinte. Primeiro, precisando de alguma coisa me fala, viu? Fica à vontade. Segundo, estamos lá nos defendendo. Terceiro, o negócio do Henrique, ótimo. E enfim, se surgir alguma (inaudível). Eu gostei desse jeito aqui, viu? Eu venho dirigindo, nem vim com motorista, eu não dirijo.

**Temer** - Ah, você veio sozinho?

**Batista** - Eu tinha combinado de vir com ele. Eu vim sozinho. Mas aí eu liguei pra ele era 11h30. Daí deu 9h50 mandei mensagem para ele. Não respondeu. Deu 10h05 liguei para ele. Ele disse pô, estou num compromisso, vai lá, passei a placa do carro. Fui chegando, eles abriram. Nem deu meu nome. Fui chegando, eles viram a placa do carro e abriram. Entrei, entrei aqui na garagem. Funcionou super bem. O senhor não vai mudar para o outro?

**Temer** - Mudei pro outro, fiquei uma semana lá. (Inaudível) Tem oito, dez dormitórios, temcozinha, tem (inaudível). A Marcela tá acordada. Vamos voltar? Fui para a Bahia três dias, não aguentei. (Inaudível)

**Batista** - Lá é muito frio, aqueles vidrão. Como a Dilma aguentava ficar sozinha lá? Deixa eu ir embora que já é tarde. Estou bem. Deixa eu pegar... (Inaudível)

**Temer** - Você emagreceu.

**Batista** - Reeducação alimentar. Tô me alimentando bem, comendo coisa mais saudável, menos doce, menos industrializado.